

ALAVANCA

Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 1975



UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES

11

CHILE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ • O CHI

ILE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ



LE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ

• O CHILE VENCERÁ • O CHILE VENCERÁ •

A INTERSINDICAL E O PLANO ECONÓMICO MENOSPREZADA A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

A propósito da participação de elementos da Intersindical em alguns dos grupos de trabalho, que, por decisão do Conselho de Ministros, foram chamados a colaborar na elaboração dos estudos preparatórios do plano económico, emitiu o Secretariado um comunicado, no qual denuncia as condições em que essa participação se processou. Diz o comunicado:

«Decidiu o Conselho de Ministros na sua reunião de 20 de Novembro de 1974 que se procedesse ao lançamento imediato do grupo de trabalho por iniciativa dos Gabinetes de Planeamento dos Ministérios correspondentes, integrando representantes do Secretariado Técnico de Planeamento, das entidades patronais e sindicais, com a finalidade de elaborar, em espaço de tempo de 1 mês, relatórios sobre a situação dos vários sectores de actividade económica e com a proposição de medidas de política a adoptar a curto prazo». (Nota do director-geral do S.T.P. de 2-12-74).

Foi desde logo decidido pelo Conselho de Ministros a criação de G.T. para agricultura e pecuária, pesca, indústrias dos têxteis, vestuário e calçado, alimentares, metalomecânicas, construção, energia sector financeiro (banca e seguros) e mais tarde para «emprego, preços e rendimentos e relações económicas externas».

Foram contactados os sindicatos Bancários, Seguros e Construção Civil para que enviassem representantes seus para os grupos de trabalho respectivos.

A Intersindical foi solicitada a presença nos grupos de trabalho da banca (apesar depois do protesto dos representantes sindicais), do emprego, de preços e rendimentos e da construção civil, ou seja, apenas 5 dos grupos tiveram representação de organizações sindicais.

O Secretariado da Intersindical decidiu enviar os representantes sindicais pedidos, porque: entendeu que, com a sua participação nestes grupos de trabalho, seriam defendidos os interesses dos trabalhadores portugueses, pois consideramos estar criadas as condições para que também em grupos deste tipo se caminhasse na concretização da estratégia antimonopolista e antiinflacionista, definida no Programa do Governo Provisório (ponto 6 a) e b) pelas organi-



zações sindicais portuguesas em plenário Intersindical, como a única condutora à verdadeira democratização da vida política e económica nacional; os trabalhadores portugueses já demonstraram claramente que são a situação económica, de que são as principais vítimas, e sabem que constituem o seu principal factor de transformação; a progressiva e crescente intervenção do Estado na economia para que corresponda ao actual processo revolucionário só poderá ser feita em estreita aliança com as massas trabalhadoras, servindo os seus interesses essenciais e propondo medidas que as ganhem a cada momento; devido ao curto prazo de 30 dias em que estes grupos teriam de propor medidas, a participação de representantes seus assumiu um carácter de urgência.

COMO FUNCIONARAM OS GRUPOS DE TRABALHO

«Ao contrário do que fazia supor esta realização decidida pelo Conselho de Ministros — a composição dos grupos — não reflectiu a actual situação política, o que teve como consequência a inoperância da maioria dos grupos que conduziu também a relatórios paralelos e conclusões antagónicas. Nos grupos cujos membros não se integraram no espírito do 25 de Abril houve, nomeadamente, representantes de departamentos do sector público que vieram a assumir posições que não se coadunaram na estratégia antimonopolista definida no Programa do M.F.A.

Nos grupos de trabalho sectoriais de responsabilidade dos respectivos departamentos do Estado não houve a participação de representantes dos trabalhadores, nos que funcionaram, parecendo até, pelas informações disponíveis, que alguns nem chegaram a funcionar.

Quanto ao funcionamento e composição dos grupos de trabalho adstritos ao Secretariado Técnico de Planeamento, a Intersindical deseja deixar expresso o seguinte:

BANCA

Foi elaborado um diagnóstico sobre a situação da banca, já editado pelo Secretariado Técnico, sem que o grupo se tivesse reunido para o apreciar.

A tentativa de escamotear as condições que necessariamente se verificaram no grupo efectuou-se através de recurso sistemático, sobre os mais variados pretextos, da convocação de reuniões plenárias do grupo.

Dessa forma se tentou marginalizar, adiando sucessiva-

mente a sua discussão algumas propostas nomeadamente as apresentadas pelos representantes sindicais, ao mesmo tempo que eram emitições pelo Ministério das Finanças medidas que se encontravam no âmbito dos trabalhos do grupo (por exemplo, Decreto-Lei nº 810/74 de 8/11/74).

SEGUROS

Neste grupo de trabalho o presidente «coincidiu» com o último presidente gremial do Indústria seguradora, e foram convocados quadros superiores de empresas da indústria como «especialistas» do sector, facto que influiu decisivamente na composição do grupo, em que representantes do sindicato se encontraram à partida isolados.

Não foram convocados representantes da Intersindical, ao contrário do que aconteceu com a C.I.P.

Os representantes dos sindicatos desvincularam-se das conclusões a que este grupo chegou e desenvolveram as forças para apresentarem, numa declaração de voto, uma análise das companhias seguradoras que demonstrasse o seu grau de concentração e monopolição, as suas ligações aos grandes grupos «nacionais» e internacionais e a política da necessidade da nacionalização do sector.

RELAÇÕES ECONÓMICAS EXTERNAS

Num país extraordinariamente dependente do imperialismo e na actual situação política económica que vivemos, o trabalho a ser desenvolvido por este grupo de trabalho era de fundamental importância.

Mais grave se torna portanto a circunstância de não terem sido convocados representantes dos trabalhadores, tendo os sessões do grupo decorrido com grande «sigilo», cujos resultados foram apresentados num relatório, ora distribuído, que retoma medidas pensadas pelos responsáveis fascistas e

que só o 25 de Abril veio impedir a concretização.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Este grupo celebrou demonstrou a impossibilidade de trabalho colectivo, pois as propostas e posições progressistas opunha-se um grupo de representantes do patronato, ou de elementos que faziam o seu jogo, cujas tentativas iam todas no sentido de fazer voltar o sector ao 24 de Abril, com propostas de medidas que defendiam a preservação dos interesses da minoria de especuladores.

A agudização das contradições permitiu a clarificação das posições antagónicas presentes no grupo, antagonismo que veio a corporizar-se na apresentação de dois relatórios perfeitamente diferenciados, um dos quais suscitou protestos representados da Intersindical, por conter propostas cujo estudo aprofundado poderia permitir uma dinamização e representação do sector, para que este contribuísse para a efectiva resolução dos problemas dos trabalhadores, quer quanto ao emprego quer quanto às actuais carências habitacionais.

PREÇOS E RENDIMENTOS

Neste grupo foi possível chegar a conclusões colectivas pelo tipo de funcionamento que se processou. Não reflectindo estas conclusões as posições das organizações sindicais, porém, poderemos contribuir para uma efectiva melhora do nível de vida das camadas mais desfavorecidas da população.

EMPREGO

Tal como no grupo anterior foi possível chegar a conclusões positivas. O trabalho foi orientado positivamente para medidas de emergência, na

convicção, porém, de que o avanço de outros grupos permitiria uma melhor concretização de medidas mais profundas, o que não aconteceu devido em causa as próprias medidas de emergência.

POSIÇÃO DO SECRETARIADO

Foram já apontados os motivos que levaram o Secretariado da Intersindical a designar representantes para os grupos de trabalho que o solicitaram, bem como a evolução dos trabalhos dos diversos grupos.

Face aos atrasos sucessivos, face à notícia publicitada da introdução de «medidas a curto prazo» no programa económico-social do Governo Provisório, e consequentemente a indeterminação dos objectivos dos trabalhos em curso, tomando em consideração todo o espírito construtivo que esta subjacente à participação de representantes da Intersindical, foi decidido:

«Salientar que a composição dos grupos de trabalho não veio a permitir que se cumprissem todos os objectivos definidos pelo Conselho de Ministros.

«Denunciar a tentativa de comprometimento das organizações sindicais em opções que, a não serem oportunamente criticadas, poderiam eventualmente vir-se contra os próprios trabalhadores.

«Que os diversos representantes das organizações sindicais elaborassem um relatório sobre os temas que estiveram em discussão, a saber: banca, seguros, relações económicas externas, construção, preços e rendimentos, emprego. Este relatório constitui uma primeira contribuição de análise sindical da situação económica actual e de propostas concretas para a sua superação.

Deste relatório será dada ampla divulgação de forma a poder vir a integrar eventuais contribuições, das organizações sindicais dos trabalhadores.

Incluir na agenda do próximo plenário da Intersindical um ponto de análise destes problemas.»

CUF: TRABALHADORES PEDEM A INTERVENÇÃO DO ESTADO

«Reunidos em plenário, no Barreiro, os trabalhadores do Grupo CUF decidiram propor a intervenção imediata do Governo na administração das empresas daquele grupo, transformando-as em empresas mistas com controlo do Estado.

«Identificando-se com o Programa do M.F.A., que define uma estratégia antimonopolista, propõe a total nacionalização da CUF, a curto prazo, colocando-a ao serviço do Povo Português. Destas deliberações resolveram os trabalhadores dar conhecimento ao Governo Provisório, à Comissão Coordenadora do M.F.A. e à administração da CUF, aos vários políticos da coligação a Intersindical.»

«A moção aprovada lembra ainda a forma como o Grupo CUF domina amplas sectores

da vida económica, que através da banca e dos seguros, quer na extração de matérias-primas e distribuição, dele dependendo elevado número de médias e pequenas empresas. Por outro lado salientam-se as péssimas condições de funcionamento das fábricas que provocam o «envenenamento» da população de Vila do Barreiro, que assim se vê privada da utilização do rio de águas doces e a está condanada a ir morrendo lentamente, intoxicada com o ar que respira.

«A mesma moção salienta ainda que «só com um domínio que total em certos sectores da vida nacional e uma desenfreada exploração de mão-de-obra barata foi possível adquirir investimentos de milhares de contos em equipamento para a indústria textil

que nunca chegou a ser utilizada; que se tenha permitido a venda da tinturaria como sucata e ela fosse posta a funcionar localmente; que se deixe para o lixo contantes no valor de milhares de contos e em perfetas condições de utilização; que se faça aproveitamento integral do parque de transportes, etc.»

Alavanca é transportada para todo o país nos comboios da C.P.

SERVIC...
AI...

Apesar das condições em que se deu a criação, já se não controla o serviço Cívico (a REP) não pode estar a qualquer nível parcial, de indus- tias estão des- dispesas por País, para além feita por cores- ta Informação da no início de tenente-corone- eleição do M.F.A. Estudos e Plan M.F.A. e para te dos assuntos Serviço Cívico, ali, como fez q- «ndo representa- zação do M.F.A. mal na medida Serviço Cívico nec- certo para que- vícios da Campa- zação Cultural tá a desenvolve- do País.

Já aqui no âmbito de Serviço- mos então que- der a necessida- de outro modo- por resolver, até alguns cent- se faria sentir a- blemas sanitári- lações rurais, esgotos, criaçõ- infantries, e c- convívio de t- apoio a serviço- distritais e sub- estes pontos e- tivamos em d- diploma (que v- Serviço Cívico) a apreciação N- Ministros. No e- da não foi discus- sabe, não consi- das próximas se- disse, e para ad- as incógnitas c- estarão abertas a- Ao mesmo tem- a chegar à Com- madora as prop- das pelos divi- dos Ministérios



«ALAVANCA»
no R.C.P.

EMISSORA
DA LIBERDADE

TODOS OS DIAS
DAS 24 ÀS 2 HORAS
ONDA MÉDIA

A VOZ
DA INTERSINDICAL
PELA UNIDADE
CONTRA
A EXPLORAÇÃO

SERVIÇO CÍVICO

GRANDE AFLUÊNCIA

Apesar das fichas de inscrição, em número de alguns milhares, já se terem esgotado no centro coordenador do Serviço Cívico (a funcionar no CI-RE) não podemos ainda apontar qualquer número, mesmo parcial, de inscrições pois estas estão descentralizadas e dispersas por vários pontos do País, para além de poder ser feita por correspondência.

A informação foi nos prestada, no início da semana, pelo tenente-coronel Corte Real, elemento do M.F.A. em comissão de serviço no Gabinete de Estudos e Planeamento do M.E.C. para tratar, precisamente dos assuntos relativos ao Serviço Cívico. A sua presença ali, como fez questão de frisar, não representa uma militarização do M.E.C.. Mas é normal na medida em que o Serviço Cívico necessitará de um certo apoio logístico dos Serviços da Campanha de Dinamização Cultural que o M.F.A. está a desenvolver através de todo o País.

Já aqui no «Alavanca» falámos de Serviço Cívico. Disse-nos então que ele iria responder a necessidades sociais que de outro modo continuariam por resolver. Apontavam-se até alguns sectores, onde mais se sentiria a sua acção: problemas sanitários das populações rurais, construção de esgotamentos, criação de creches e convívio de terceira idade, apoio a serviços de hospitais distritais e subdistritais, participação em campanhas de alfabetização, etc.

Sabemos agora que todos estes pontos e outros que então citávamos constam de um diploma (que virá instituir o Serviço Cívico) já entregue para apreciação no Conselho de Ministros. No entanto, ele ainda não foi discutido e, que se saiba, não consta da agenda das próximas sessões. Apesar disso, e para adiantar sempre, as inscrições começaram já e estarão abertas até ao dia 28.

Ao mesmo tempo, começam a chegar à Comissão Coordenadora as propostas elaboradas pelos diversos serviços dos Ministérios e das Autar-

quias locais consultadas em devido tempo. Casos concretos da direcção-Geral da Educação Permanente (proposta de campanhas de alfabetização — e em Portugal ainda existem cerca de 37 por cento de analfabetos); da Secretária de Estado da Saúde (elaboração de um levantamento sanitário do País). Por seu turno, as autarquias locais — algumas perdidas nos confins de Trás-os-Montes ou das Beiras — nas sugestões já enviadas sublinham fundamentalmente os pontos focados anteriormente, genéricos, e ainda outros mais localizados, requisitando a abertura de caminhos que retirem a povoações do seu isolamento, ou a ajuda na autoconstrução. Necessidade de sentidas há muitos anos e que poderão ser agora realizadas para bem estar das populações.

Claro que, como sublinhou o tenente-coronel Corte Real, isso não necessitaria verbas, que não compete ao Serviço Cívico fornecer, pois nem sequer as tem. Terão de ser os próprios serviços públicos, ou as autarquias locais a fornecer as verbas em questão.

A execução deste tipo de trabalhos, e os trabalhadores e os habitantes das regiões que virão a ser beneficiados sabem-no bem, não afectará de modo algum o mercado de mão-de-obra pois, em condições normais, eles não seriam sequer iniciais.

Por isso, e contrariamente ao que pretendem fazer certos grupos, o povo sabe que o Serviço Cívico não vai contra os seus interesses, não vai contribuir para o desemprego, mas antes para a realização de benefícios locais. Que o diga o povo de Sabrosa (Vila Real) desejoso de construir um caminho, um que seja, que permita o acesso de automóveis.

Mesmo neste caso, evidentemente, alguns «candidatos a estudantes», dos que dizem falar em nome dos trabalhadores e da população, não irã afectar o mercado de mão-de-obra. O que é fácil de ver

Continua na pág. 4

NO MUNDO

EDUCAÇÃO E ENSINO NAR.D.A.

Em artigos anteriores tivemos ocasião de ver de que maneira as conquistas económicas da República Democrática Alemã se reflectiram, de facto, em diversos aspectos da vida da população e dos seus trabalhadores. Aumento crescente do poder de compra, baixos preços de artigos e produtos de primeira necessidade, assistência social, etc., têm sido, na verdade, aspectos fundamentais verificados a partir de determinada fase do seu desenvolvimento socialista. Porém, em muitos outros sectores essenciais ao homem também se registaram progressos muito importantes. Assim, a progressiva participação de amplas camadas da população na educação e na cultura é, sem dúvida, uma realidade e constitui uma outra forma de aumento do seu bem-estar, a acrescentar à anteriormente citadas. É outro índice da promoção social e do seu crescente nível de vida e desenvolvimento de sua capacidade criadora, de que depende o progresso da própria colectividade.

A herança recebida no ano de 1949 pelo sistema socialista da República Democrática Alemã, em matéria de ensino, revelava uma fraca percentagem de acesso da sua população aos diversos graus de ensino. A partir daquela data, a política de educação e cultura, aliada ao próprio progresso planificado da sua economia, foi transformando aquela realidade e

Por Blasco H. Fernandes

hoje em dia a situação é totalmente diferente. Assim, enquanto que em 1949 por cada 10.000 habitantes apenas 8,5 aproximadamente se achavam inscritos em escolas técnicas superiores e 15 em universidades, no ano de 1972 a inscrição foi, respectivamente, de 103 e de 90. É de salientar ainda que qualquer daqueles tipos de escola possibilita não só a frequência directa como também a realização de cursos por correspondência e nocturnos, o que permite que os trabalhadores possam seguir aqueles cursos, aumentando os seus conhecimentos, a sua capacidade e, consequentemente, as suas condições de participação no processo produtivo. No ano de 1973, por exemplo, dos estudantes inscritos nas escolas técnicas superiores, cerca de 40 por cento estudaram directamente, outro tanto fez o curso por correspondência e aproximadamente 20 por cento frequentou as escolas no período nocturno. Também nas universidades e nas escolas superiores existem, como vimos, aquelas facilidades para o povo da República Democrática Alemã. Em 1973, perto de 25 por cento dos estudantes daquelas escolas estavam inscritos nos cursos por correspondência. Esses números mostram bem as largas perspectivas que a população da República Democrática Alemã tem de se aperfeiçoar, acompanhando permanentemente os progressos verificados no domínio científico, técnico e

cultural e satisfazendo assim as crescentes necessidades intelectuais de uma sociedade socialista desenvolvida.

Por outro lado, para além do período de escolaridade obrigatória, que é de dez anos, existem ainda as chamadas escolas profissionais cujo curso é de três anos. Estas escolas estão fortemente implantadas nas empresas, podendo-se dizer que, em 1973, cerca de 65 por cento das escolas profissionais existentes estavam adstritas a empresas. Este tipo de instituição de ensino tem a dupla finalidade de facilitar o acesso dos trabalhadores às escolas e de associar os estudantes ao trabalho produtivo, vinculando a escola à própria vida. Esta união entre a teoria e a prática, entre a escola e a vida, está na origem dos bons resultados obtidos geralmente pelos estudantes e da sua importante contribuição no progresso da própria economia e da sociedade. As escolas profissionais têm grande ajuda financeira do Estado e, além da formação profissional, dedicam particular atenção à preparação ideológica.

Os estudantes universitários e os das escolas técnicas mencionadas têm ainda outras facilidades e estímulos. De facto, cerca de 90 por cento dos primeiros e 80 por cento dos que frequentam escolas técnicas recebem bolsas de estudo. Os que se revelam mais aptos, mais trabalhadores e, simultaneamente, desenvolvem largo trabalho social podem receber entre 300 e 450 marcos por mês, ou seja, entre quatro mil e seis mil escudos aproximadamente. O desenvolvimento das universidades e das escolas técnicas, regidas pelo princípio fundamental de orientar o ensino e a for-

mação dos estudantes de acordo com os interesses reais das trabalhadoras, tem sido bastante acentuado na República Democrática Alemã. O número de escolas técnicas superiores é aproximadamente de 200.

A publicação de livros e a sua leitura constituem também outra manifestação da promoção social-cultural do povo da República Democrática Alemã. Em cerca de vinte e cinco anos desde a sua fundação, o número de títulos de livros publicados quase que triplicou, o mesmo acontecendo com a sua tiragem. Este aumento da produção faz com que no ano de 1949, O Estado estimula o interesse pela leitura, de uma forma geral, por todas as manifestações culturais, proporcionando meios e facilidades no sentido de a população não se desenvolver o seu gosto por elas como também de o concretizar. Deste modo, existe pelo país um elevado número de bibliotecas públicas cujos livros podem ser utilizados gratuitamente pela população. A parte desta que tem frequentado e utilizado o conjunto das bibliotecas da República Democrática Alemã tem progredido de forma significativa. Em 1965, o número dos seus leitores correspondia a 21 por cento da população e em 1972 a cerca de 27 por cento desta última. Os elementos apresentados neste artigo mostram, na realidade, que a educação e a cultura, sob as mais diversas formas, fazem parte da vida do povo da República Democrática Alemã.



CONSTRUÇÃO CIVIL

SINDICATO VERTICAL E ADESÃO À INTERSINDICAL

Os trabalhadores da construção civil, reunidos em assembleia geral, aprovaram por esmagadora maioria a sua adesão à Intersindical e pronunciar-se favoravelmente pela constituição de um sindicato vertical para o ramo da construção civil.

A assembleia geral que tinha como fim a discussão de uma ordem de trabalho de cinco pontos, contou com a presença de cerca de duas mil pessoas, assinalando-se a ausência de outros sócios que não puderam comparecer devido à necessidade de se manterem presentes noutros locais onde os trabalhadores vêm desenvolvendo lutas para a defesa dos seus interesses.

SINDICATO VERTICAL

No primeiro ponto da ordem de trabalhos foi feita a apresentação do anteprojeto do contrato coletivo de trabalho vertical para o sector da construção civil, anteprojeto esse elaborado por um grupo de trabalho que realizou ser esse documento uma simples ordem de discussão que deverá ser revisto e emendado pelos próprios trabalhadores em amplitude e seus familiares que irregularmente se encontravam inscritos no sindicato) com a agracia de quando os trabalhadores recorram a esses serviços, serem mal recebidos e mal tratados. Por outro lado,

em 25 de Armadas firmo assim, também a desenhado de tripulantes o perfeita do mo- e ext- e qual- derá garan- ne necess- afirma-se, editorial de

ADESÃO À INTERSINDICAL

No segundo ponto da ordem de trabalhos esteve em discussão a necessidade de aumento das quotizações dos sócios, aumento esse seria no valor de 0,5 por cento sobre o ordenado.

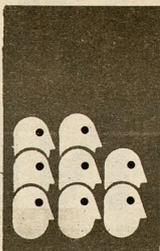
Neste ponto, e apoiando a sua proposta, a direcção fez uma exposição do estado das coisas, tendo realçado que o sindicato não tinha fundos, que, continuando a verificar-se, levaria à limitação das actividades deste. Chamou-se a atenção para o facto de que um sindicato forte monetariamente poderia defender muito mais objectivamente os interesses dos seus associados, nomeadamente no caso de declaração de uma greve, durante a qual teria de pagar os ordenados normais aos seus aderidos.

Após agitada discussão sobre esse ponto e passando-se à votação a proposta de aumento de 0,5 por cento foi aprovada por maioria esmagadora, transmitindo-se assim ao ponto seguinte, este dizendo respeito à aderência ou não à Intersindical.

Neste ponto e apesar da oposição de alguns sócios que, como foi realçado, entraram na defesa de partidários políticos, não foi possível a adesão dos sindicatos, devendo-se sim ter em conta os interesses fundamenteis do povo português de aderência à Intersindical foi aprovada por significativa maioria, ficando assim defini-

da a posição dos trabalhadores que claramente vêem que só unidos numa central única poderão defender-se objectivamente contra o patronato e o capitalismo.

Após a leitura de um telegrama, a enviar ao governo espanhol, de protesto contra as prisões crescentes de sindicalistas que naquele país lutam na defesa dos trabalhadores, passou-se aos dois últimos pontos do ordem de trabalho e como tão do posto de serviço médico do sindicato e a passagem ou não a sindicato vertical.



TRABALHADORES EM LUTA

flança dos trabalhadores no sindicato encarregado da defesa dos seus interesses em caso de acidentes de trabalho e problemas com companhias de seguros.

Nesse sentido foi votado o desaparecimento desse ponto médico, tendo-se afirmado que, visto os trabalhadores descontentar-se com a Caixa, era



venção do Governo e do M. F. A. na S. N. T. de molde a poder assegurar-se o direito ao trabalho dos quase 800 trabalhadores daquela empresa jornalística. Foi também saneado o ponto director do jornal «O Século», Manuel Figueira, tendo sido escolhido pelos trabalhadores para director interino do jornal o seu camarada de redacção de «O Século», Adelino Tavares da Silva.

O processo da Sociedade Nacional de Tipografia, ainda em fase de desenvolvimento no momento em que escrevemos, está noticia, tem, desde já, grande importância e significado. Trata-se de uma luta conduzida pelos trabalhadores em torno da sua comissão de Unidade, a Comissão de Trabalhadores, pela defesa do seu direito ao trabalho e, ao mesmo tempo, pela construção de uma imprensa democrática e progressista, estritamente implicada no curso revolucionário em curso na sociedade portuguesa. Por outro lado, conhecida a situação difícil da grande maioria, senão da totalidade, das empresas jornalísticas nacionais, o desenvolvimento do caso da S. N. T., pelos problemas conjunturais que não poderá deixar de levantar, pode vir a influenciar tanto a situação noutros jornais, como a existir, por parte do Governo e do M. F. A., uma politica nova no campo da informação escrita.

Atendendo a estes factores complexos, e sobretudo ao próprio processo de desenvolvimento em que se encontra a luta dos trabalhadores da S. N. T., pretendemos, apenas a fim de fazer um sucinto relato dos factos principais por passou essa luta, para o efeito citarmos alguns pontos mais significativos do «Relatório sobre a situação económica da Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.», já entregues pela Comissão de Trabalhadores daquela empresa a elementos do Governo e do M. F. A.

UMA LUTA UNITÁRIA E ORGANIZADA

«Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, através da sua Comissão de Unidade, tem vindo, ao longo dos últimos meses, a debater-se sobre os problemas fundamentais da empresa em que trabalham. De entre os que mais afectam as suas perspectivas futuras de direito ao trabalho assíduo e compensado, merece realce especial a situação económica da empresa. Assim, tendo-se conhecido de modo mais exaustivamente as declarações e opiniões dos trabalhadores de cada sector da empresa, concluiu-se que a situação económica não só era crítica, mas também, nos aspectos mais de exploração, não dava quaisquer garantias de sobrevivência [...] A preocupação dos trabalhadores da S. N. T. respondeu sempre a administração com evasivas, meia palavras, meras tentativas de sonegação da verdadeira realidade económico-financeira da empresa [...] Porém a intervenção do Governo no B. I. P. veio alertar mais seriamente todos os que trabalham nessa casa para a necessidade de recorrerem a formas de solução mais drásticas de molde a evitar-se a deterioração e possível falência».

Foi com esta disposição que se realizou o plenário de trabalhadores do 24 de Outubro de 1975, em que se aprovou

uma proposta em que, atendendo à incapacidade da administração (por si própria declarada) para resolver os múltiplos e graves problemas que as implicações do problema B. I. P. podiam acarretar para o futuro de todos os trabalhadores da S. N. T., se propunha a elaboração de «relatórios sobre a situação na empresa a entregar à Comissão Coordenadora do M. F. A., ao Secretário de Estado da Informação e outros membros do Governo Provisório com vista a uma possível sindicância à empresa, a nomeação por parte do Governo Provisório e do M. F. A., caso estes o achassem necessário, de delegados do Governo junto da S. N. T. para garantir a normalidade da sua administração e a suspensão da administração, em caso de suspeitas da «delapidação, má gestão ou boicote económico».

Entretanto, dois administradores da S. N. T., Brás de Oliveira e Fernando Cruz foram afastados e substituídos por Francisco Sousa Ta-



AS MÃOS DAS PATRÕES CONTINUAM A LEVANTAR ONDAS DE PROTESTO POR PARTE DOS PESCADORES. NÃO HÁ MARE ALTA DA LUTA, OS PESCADORES PRECISAM DA LUTA SOLIDARIEDADE POR MÊS DE 40 DIAS. OS FUNDOS PODERÃO SER ENVIADOS À INTERSINDICAL OU À UNÃO DOS SINDICATOS DO PORTO. NÃO TE ESQUEÇAS: TODO QUEIXO VIER A REDE... ... É PEIXE!

vares e Miguel Ferreira de Almeida, escolhidos e sancionados pelo acionista maioritário da empresa, Jorge Brito. Esta alteração não altera, no fundamental, a situação, verificando-se, todavia, tentativas por parte da administração «renovada» de vinculação dos trabalhadores a todas as suas decisões, visando, objectivamente, «comprometer os trabalhadores nos fracassos administrativos de que só ela, mandataria do capital, era responsável». Ao mesmo tempo, a administração entregava-se a «mal levadas ameaças e tentativas de chantagem com uma possível — mais ou menos próxima — declaração de falência e entrega da empresa ao Governo, com o fim de levar os trabalhadores a perigosas cedências, do ponto de vista de classe, que permitissem à (sua) administração excluir os (seus) trabalhadores excluídos — e, mesmo assim, sem qualquer garantia concreta de sucesso — a sobrevivência e possível falência».

Na realidade, poucos dias antes do plenário dos trabalhadores de 14 de Fevereiro a ad-

ministração demitira-se, em mais uma tentativa, segundo os trabalhadores, de aproveitar-se da situação, pressionando os trabalhadores e o próprio Governo, de modo a recuperar a capacidade de manobra e de demagogia enquanto perdida graças à atitude conciliante e combativa da Comissão de Trabalhadores da S. N. T., que, ao longo de todo o processo, se soube sempre ligar intimamente às massas de trabalhadores da empresa.

Na parte final do seu relatório a Comissão de Trabalhadores da S. N. T., aponta, finalmente, alguns casos de «má gestão continuada por parte das administrações mandatárias do capitalista Jorge Brito»: «contratos ruinosos ou não economicamente vantajosos para a empresa», «incapacidade para reformular as políticas de produção e comercialização», «não realização do indispensável equipamento», «descontrolo e desorganização de todos os sectores de actividade da empresa (Cobrança,

Facturação, Distribuição, Produção, etc), que ocasiona ou possibilita gastos superfluos e totais ausências a partir do 25 de Abril, de medidas tendentes à correcção de todo o processo administrativo». O relatório assentava também na «necessidade imperiosa de se proceder urgentemente ao saneamento administrativo, económico e político da empresa, de acordo com os objectivos essenciais da luta dos trabalhadores dentro da sua unidade» com o M. F. A., na base da interpretação progressista dos princípios do seu programa; com os objectivos do desenvolvimento económico do país, e com o processamento do processo democrático em curso e com o objectivo, de interesse nacional, do funcionamento de uma informação eficiente, isenta e esclarecedora, ao serviço do Povo Português.

ADMINISTRADORES POR PARTE DO GOVERNO E M. F. A.

No seguimento das decisões



fotos
de ARMINDO CARDOSO

CHILE UM PAÍ À VENDA

«Bienvenidos a Chile miembros de Business Internacionales! Bienvenidos al Chile, miembros dos negocios internacionales! — eis o anúncio que o jornal chileno «El Mercurio» trazia nas suas páginas em Junho de 1974. «Nos chilenos, desejamos que visitas tão agradáveis tenham uma estadia feliz no nosso país. Esperamos que os objectivos que animaram a vossa viagem tenham total satisfação e que os planos formulados nas nossas conversas estejam animados de clareza e objectividade necessárias ao bom entendimento. No Chile, os amigos falam claro» — continuava o anúncio, ilustrado com uma grande mala à James Bond, na qual se reflectia como em ecran da TV uma grave conferência de negócios. Este anúncio é, na verdade, o simbolo do regime instaurado no Chile pelos militares fascistas decididos a vender o seu país ao imperialismo.

QUANDO os militares derubaram o regime progressista do presidente Salvador Allende, tinha-se instaurado, durante os três anos que o Governo de Unidade Popular se manteve no poder, um sector de propriedade social que fornecia 25 por cento da actividade industrial; mais de 80 por cento da actividade mineira; quase 100 por cento do sistema bancario; 100 por cento do sector de energia. Além destas, pertenciam ao mesmo sector também as empresas de siderurgia, extracção e refinaria de petróleo, e a Nacional de Electricidade, exploradas pelo Estado, que, nos anos que mediaram entre a Frente Popular de 1938 e a Unidade Popular de 1970, havia promovido a criação daquelas empresas que monopolios privados se mostraram incapazes de criar. Este segundo conjunto de empresas de Estado havia sido colocado, porém, ao serviço dos monopolios: o Estado fizera as despesas e dava os lucros aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Allende recuperou para beneficio das classes trabalhadoras desse sector.

Todas estas realizações do regime da Unidade Popular se deveram à applicação de um programa que visou (e conseguiu realizar): 1 — nacionalização dos grandes monopolios nacio-



Salvador Allende com o secretário-geral e o presidente da Central Unica de Trabajadores (CUT)



Operários do Chile: o fascismo será vencido

nais e estrangeiros; 2 — aquisição por compra directa aos proprietários de parte das empresas privadas; 3 — nacionalização das companhias de cobre (a maior riqueza do país) (estas companhias foram nacionalizadas em virtude dum reforma constitucional votada por unanimidade no Parlamento).

Em todas estas empresas a participação dos trabalhadores

era organizada sob diversas formas, na direcção, gestão, organização da produção e disciplina do trabalho.

Por outro lado, a influencia económica e politica dos capitalistas monopolistas sobre o conjunto da economia estava decisivamente reduzida.

Contra estas medidas lutaram desde logo os grandes monopolios industriais, comerciais e financeiros, que envire-

daram pelo caminho da sabotagem sistematica: manutenção da produção muito abaixo das suas capacidades; suspensão dos trabalhadores de conservação e da construção de novas instalações; apoio a greves politicas organizadas aos milites ou seus representantes.

RESTAURAR O CAPITALISMO

As classes privilegiadas facilmente compreenderam que,

se não intervissem no processo, o capitalismo e o imperialismo tinham os dias contados no Chile. Isso mais visível se tornou nas ultimas eleições antes do golpe, em que, mau grado todas as manipulações a que um acto eleitoral pode dar lugar, o regime de Allende conseguiu a maioria dos sufrágios.

Um dos recursos utilizados pela reacção para convencer as camadas populacionais mais hesitantes foi o de brandir a ameaça do caos económico e da «ditadura»: se Allende continuasse no poder, o Chile socobriria no caos e as «liberdades» seriam liquidadas pelos planos «ditatoriais» do Governo — afirmavam os reaccionários.

A verdade era bem diferente: o que a reacção chilena pretendia era estabelecer condições que garantissem a subsistencia do sistema capitalista e a dependencia do país face ao imperialismo. No essencial tratava-se de restabelecer o dominio mais absoluto do capital sobre os trabalhadores e de agravar a exploração ao máximo. Para conseguirem tais objectivos, estes hipócritas defensores da liberdade não hesitaram em instaurar no Chile uma ditadura que só tem paralelo no nazismo alemão. Como se demonstrou no julgamento agora em curso na Cidade do México sobre os crimes da junta, os militares chilenos usam até as torturas criadas pelos nazis.

Como não podia deixar de ser, a ditadura fascista começou por eliminar todas as conquistas dos trabalhadores, adquiridas após longos anos de luta, restabelecendo pura e simplesmente a situação que existira no país há mais de 50 anos.

Em primeiro lugar, a Junta declarou legal a Central Unica de Trabajadores (C.U.T.), organização unitária da classe laboriosa, que agrupava mais de 60 por cento dos operários e empregados do país. No seio da C.U.T. estavam representadas a imensa maioria dos trabalhadores chilenos sem distincção de opiniões politicas ou religiosas. A junta tentou eliminar fisicamente os dirigentes mais notoriamente comunistas, os quadros médios e os militantes de base do movimento sindical. Em parte, conseguiu-o, como veremos adiante.

A intenção foi clara: quebrar toda a forma de organização dos trabalhadores que pudesse oppor-se à politica económica do novo Governo. Em segundo lugar, toda a organização judiciaria que reconhecia os direitos conquistados pelos trabalhadores foi suprimida e substituída por tribunais especiais submetidos aos milites ou seus representantes.

Logo em comecos de Outubro comecaram os despedimentos maciços tanto nas em-

presas e servicios do sector público como no sector privado.

A criação dum massa de desempregados era, na verdade, um alicerce da politica económica do novo regime: só com uma vasta massa de desempregados é possível manter uma tendencia para uma baixa de salários a longo prazo. Em Junho de 1974, a pretexto de fazer economias no sector público, o Governo anunciou um programa de redução de empregos que levava ao despedimento gradual de cem mil funcionários (isto é, 30 por cento da força de trabalho) no prazo de ano e meio.

Deste modo se impôs uma dominação sem limites do capital sobre os trabalhadores, criando-se as condições necessárias para aumentar a exploração daqueles que ainda trabalham.

O ESTADO CONTRA OS TRABALHADORES

Nas mãos da junta, o Estado tornou-se um utensilio que permite o dominio incondicional do capital sobre a classe operária. Uma vez instaurada a repressão, tornou-se possível reduzir o poder de compra dos trabalhadores a níveis de miséria.

Criou-se uma politica pretensamente «anti-inflacionista» e falsamente dita de «restaurar

ração económica e serviços do sector público como no sector privado.

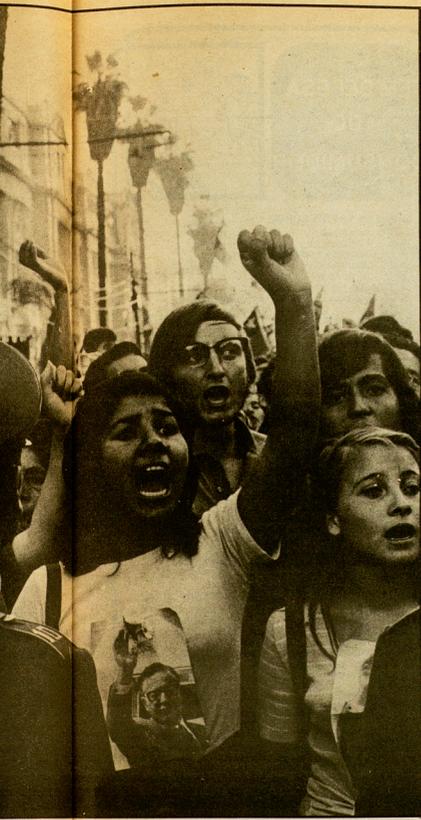
A criação dum massa de desempregados era, na verdade, um alicerce da politica económica do novo regime: só com uma vasta massa de desempregados é possível manter uma tendencia para uma baixa de salários a longo prazo. Em Junho de 1974, a pretexto de fazer economias no sector público, o Governo anunciou um programa de redução de empregos que levava ao despedimento gradual de cem mil funcionários (isto é, 30 por cento da força de trabalho) no prazo de ano e meio.

Deste modo se impôs uma dominação sem limites do capital sobre os trabalhadores, criando-se as condições necessárias para aumentar a exploração daqueles que ainda trabalham.

O ESTADO CONTRA OS TRABALHADORES

Nas mãos da junta, o Estado tornou-se um utensilio que permite o dominio incondicional do capital sobre a classe operária. Uma vez instaurada a repressão, tornou-se possível reduzir o poder de compra dos trabalhadores a níveis de miséria.

Criou-se uma politica pretensamente «anti-inflacionista» e falsamente dita de «restaurar



O Chile vencerá

...cos do sector
...o sector priva
...o ano e meio
...uma massa de
...a massa de
...os limites do ca
...trabalhadores,
...condições re
...nstituída a re
...eles que ainda

CONTRA
HADORES

...o Estado
...temático que per
...o incondicional
...a classe op
...nstituída a re
...o possível re
...de compra dos
...a níveis de m

...a política pret
...inflacionária e
...ta de «restas

concorrência desenfreada que têm de fazer uns às outras em virtude da contração do mercado. Deste modo a «livre concorrência» que todos os ideólogos do capital apromegam é que a junta fascista chilena tanto defende) mais não é que a concentração cada vez maior de toda a economia nas mãos de meia dúzia de monopólios.

O AUXÍLIO ESTRANGEIRO

Apesar de todos os ataques verbais que as democracias burguesas fazem ao regime do Chile, este é tratado com uma generosidade que sempre foi estranha ao legítimo Governo de Allende. Não esqueçamos que a imprensa internacional dos países burgueses fez coro com os meios reaccionários chilenos, no tempo de Allende, para lamentar a possível perda de liberdade que a vitória final do sistema socialista implicaria pretensamente para o povo do Chile. Agora essa mesma imprensa lamenta a repressão sangüinária do regime, que ela própria ajudou a instaurar. Mas os Governos burgueses, esses nem sequer fingem como a sua imprensa. Dão descaradamente o direito de que a junta carece para prosseguir a sua política de venda do país e de «guerra interna» contra o povo. Os E.U.A., por exemplo, entre 1971 e meados de 1972 reduziram os seus créditos ao Chile: de 220 milhões passaram para 20 milhões. No entanto, já concederam 240 milhões à junta. O Fundo Monetário Internacional emprestou 95 milhões, e o Brasil concedeu um crédito de 145 milhões. O Clube de Paris (organização de financiamento das burguesas ocidentais) exigiu a Salvador Allende que renunciasse 20 por cento da dívida externa do Chile e recusou-se sempre a renegociar esta dívida com o Governo da Unidade Popular. Agora estão todos muito amigos dos chilenos: renegociaram a dívida e concederam prazos até 1983. No total, a junta em seis meses conseguiu créditos no montante de 1 600 milhões de dólares.

A razão é bem simples: poucas semanas depois do golpe, a junta estabeleceu as regras gerais da restituição de créditos ao capital salvadorense. Argumentos: as nacionalizações eram «ilícitas» e havia que aumentar a produção e os investimentos pretensamente decarados pela Unidade Popular.

Negociando directamente com os antigos proprietários, a junta restituiu as empresas importantes, nomeadamente: a Petro Dow e a Dow Química, controladas pelo gigante Dow

COMÍCIOS DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DO CHILE

Comemorando o 22.º aniversário da C. U. T. chilena (Central Única de Trabalhadores), a Intersindical promove dois grandes comícios de solidariedade para com o povo chileno. Assim, no próximo dia 27, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa e em Coimbra, em local a designar, todos deveremos estar presentes para mostrar, a quem duvide, que a solidariedade entre os trabalhadores é uma realidade.

Luis Figueroa e Rolando Calderon, respectivamente presidente e secretário-geral da C. U. T., estarão presentes. Todos ao Pavilhão dos Desportos em Lisboa e a Coimbra!

de modo a compensarem os prejuízos da redução da actividade, ficam em melhores condições que as pequenas e médias empresas. São estas que se matam mutuamente na

americano; a Ipat, Mademsa Farnas e outras do mesmo grupo financeiro, a Acero Andes, do financeiro Eleodoro Matte, diversas empresas do grupo Edwards, proprietário também do

jornal ultra-reaccionário «El Mercurio».

Apesar das condições favoráveis em que essas restituições eram feitas para os proprietários, alguns destes ainda requeiram o que levou o referido jornal a fazer uma campanha contra as formalidades de restituição das empresas...

Finalmente, a C.O.R.F.O. (Corporação do Desenvolvimento da Produção), organismo público decidiu a venda maciça das fábricas de 40 das empresas por ela geridas. Posteriormente, o C.O.R.F.O. anunciou ainda a venda de mais 150 empresas. As únicas entidades com capacidade para essas aquisições eram os monopólios estrangeiros. Compreende-se que estas vendas tenham sido anunciadas no momento em que todos os membros da junta estavam reunidos na capital com representantes dos interesses estrangeiros. Poucos dias depois, o actualizado o «Estatuto dos Investidores» que autoriza as firmas estrangeiras a investir em todas as empresas nacionais, que queiram sem quaisquer limitações de quotas ou de exportação de lucros. Isto quer dizer que o estatuto do Chile está ilegalmente a venda. Para venderem o seu país, os reaccionários chilenos oferecem ao comprador condições óptimas: uma ditadura fascista dos meios repressivos, uma grande massa de desempregados em busca de emprego, um nível substancialmente reduzido de salários, um proletariado sem qualquer protecção jurídica ou organizativa, um grande número de empresas vendidas a preço de saldo, uma garantia jurídica completa para as investidas e o repatriamento dos capitais e dos lucros, uma política do comércio exterior que elimine progressivamente os preços de venda e mantem o valor das cunhas em dólares, e, finalmente, a promessa de reduzir rapidamente o peso económico do aparelho de Estado.

UMA REPRESSÃO SELECTIVA

Desde 11 de Setembro de 1972 os fascistas chilenos mataram 30 mil pessoas, não nos surpreende num Governo que decretou o «estado de guerra interna» contra o seu próprio povo e que considerou o país «ocupado pelo inimigo» (o inimigo é o povo, naturalmente). Houve, pelo menos, setenta mil prisões: é impossível saber-se quantas pessoas já foram libertadas e quantas terão sido torturadas até à morte.

Uma característica é notória na repressão sangrenta a que a reacção chilena se tem entregado: as suas vítimas escolhidas são principalmente as classes trabalhadoras.

Até 30 de Maio de 1972, a junta manteve 8 500 pessoas presas: em 3 000 campos de concentração, estabelecimentos militares e policiais e outros centros de reclusão.

Desses 8 500 presos, 61,1 por cento são assalariados; 8,1 por cento trabalhadores por conta própria; 8,4 por cento professores liberais, técnicos e intelectuais; 8,4 por cento estudantes; 3,1 por cento, militares e policiais; 1,4 por cento, comerciantes; 0,3 por cento, empresários; não classificados, 8,8 por cento.

As estimativas dão, no total de 25 mil assassinados (estas estimativas datam de Maio de 1974, estando desactualizadas) 15 mil trabalhadores, e 40 sindicalistas. Em setenta mil detidos em nove meses, 43 mil eram trabalhadores, 5000 eram sindicalistas. Calculava-se nessa data que haveria 150 sindicalistas presos.

ASPECTOS DA ECONOMIA PORTUGUESA

Os problemas económicos do nosso país estiveram durante muitos anos entre os que os «eleitos». Só eles sabiam como ocupar-se das nossas riquezas. E as nossas riquezas não eram nossas, mas deles. E quem entendesse doutro modo sentia logo o furor dos «eleitos».

Era assim antes de 25 de Abril. Não pode ser assim depois de 25 de Abril.

Vêm estas considerações a propósito de um livro publicado recentemente, «Problemas Actuais da Economia Portuguesa», de seu autor, Eugénio Rosa, um dos que sentiu o furor dos «eleitos».

Pois Eugénio Rosa que nunca desarmou noutro tempo, tem aproveitado agora todos os minutos destes meses livres, numa ansia de fazer chegar ao maior número de pessoas o conhecimento de muitas coisas que elas ignoram. E está, pode dizer-se, em todos os lados, utiliza todos os meios de comunicação, e exprime-se numa linguagem acessível e clara de exemplos práticos. Claro que não está só nesta batalha e nem é sequer um sabe-tudo, mas encontra-se sem dúvida na primeira linha dos que não parecem cansar-se de divulgar o que sabe.

O autor destas linhas não é um economista e isso, por um lado, é uma aflição para ele. Por outro lado não é porque se encontra na situação da maioria dos portugueses. E é uma aflição e não é porque? Porque autor destas linhas gostaria de cooperar com Eugénio Rosa, e o meio que vê de fazer é divulgar um pouco do seu livro. Se fosse possível, colaboraria mais eficientemente. Como não é, limita-se a transcrever, não deixando, no entanto, de chamar a atenção da importância de todas as páginas, mesmo de todas as linhas, dos «Problemas Actuais da Economia Portuguesa».

«A situação económica do País não é fácil. Quarenta e oito anos de domínio da Economia Nacional pelo fascismo não se alteram de um momento para o outro».

«Em termos simples e ao mesmo tempo sintéticos, podemos caracterizar a actual situação sociopolítica da seguinte maneira: — temos em Portugal um aparelho de Estado que já não serve fundamentalmente os interesses dos monopólios e dos grandes agrários; existe no nosso país uma Economia que ainda mais ou menos a que existia antes de 25 de Abril».

«Começamos por analisar o nível de satisfação das necessidades da população em Portugal. Para isso vamos utilizar palavras de A. Sédiz Nunes, um antigo membro da Câmara Corporativa fascista, que foi obrigado a confessar, perante a captação do consumo de energia: depois de nós, só a Turquia. Somos o penúltimo na captação de aço; depois de nós, só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo, nas taxas de escolarização; depois de nós, só a Turquia. Somos o último, na proporção do número de alunos do ensino superior por o conjunto da população; depois de nós ninguém. Somos o penúltimo na captação do consumo de carne; depois de nós, só a Turquia. Somos o último na captação do consumo de leite, o último na captação de proteínas, o penúltimo na captação diária de flocos (depois de nós, só a Turquia)».

«É sabido que cerca de meio milhão de portugueses são obrigados a viver em barracos ou habitações sem ou seja em partes sem o mínimo de condições».

«A estrutura monopolista que efectivamente ainda domina toda a Economia Portuguesa é a razão mais importante do aumento contínuo de preços que se continua a verificar».

«Quatro razões, pelo menos, podem ser apontadas para explicar as actuais dificuldades da Economia Portuguesa. São elas: 1) A pesada herança deixada pelo fascismo no campo económico; 2) a sabotagem económica levada a cabo pelos grupos monopolistas portugueses, assim como pelas sociedades multinacionais instaladas em Portugal; 3) o não cumprimento até agora de uma importante parte do Programa do Movimento das Forças Armadas no que diz respeito ao campo económico; 4) a crise económica que abala presentemente todo o sistema da economia capitalista; e que atinge principalmente os países capitalistas mais desenvolvidos».

«As necessidades populares podem continuar a não serem satisfeitas na sua maior parte. No entanto, as mercadorias produzidas não encontram saída, fundamentalmente porque a parte da população que delas necessita não tem dinheiro para as comprar».

«É preciso que se afirme claramente que a escolha da via do capitalismo não só pode ser uma; ou a democracia nos seus múltiplos aspectos, ou então o fascismo como o poder dos monopólios».



TRABALHADORES EM LUTA

Continuação de p. 5

do plenário do passado dia 14, um despacho da Presidência do Conselho de Ministros, de dia 15, atendendo a «grave situação económica e financeira» da S. N. T. e a «preocupação dos seus trabalhadores», e ainda sem prejuízo de se considerar que muito provavelmente a situação da empresa exigirá uma profunda revisão da sua estrutura e das suas actividades», se nomeava para presidente do conselho de administração da S. N. T., por parte do M. F. A., o major Avelino Alves Teixeira.

Além deste representante do M. F. A., segundo declarações feitas pelo ministro sem pasta Vítor Alves à Comissão de Trabalhadores da S. N. T., na madrugada do dia 15, seria nomeado um outro administrador militar por parte do Governo, devendo também os trabalhadores eleger um representante seu para o C. A.

No momento em que escrevemos esta notícia a Comissão de Trabalhadores da S. N. T. iniciara um novo plenário de trabalhadores para se decidir da vantagem ou não de um trabalhador participar nesse Conselho de Administração tripartido e dos moldes de que se deveria revestir essa participação — no caso dela vir a ser aceite pelos trabalhadores.

J. PIMENTA

PIMENTA, conhecido-simo empreiteiro da construção civil, foi ao médico. Nada mais natural para quem esteja doente. Mas, o sr. Pimenta foi ao médico a Sevilha...

Por isso, e perante diversas atitudes já anteriormente tomadas por aquele senhor, os trabalhadores, vigilantes, resolveram montar piquetes às instalações.

A empresa J. Pimenta SARL emprega perto de 2150 trabalhadores distribuídos em várias frentes, nomeadamente, na Reboloira, Queluz, Cascais, Porto Salvo, Paço de Arcos e Talaiade. Ainda antes do 25 de Abril registaram-se algumas paralisações de trabalho que, mais ou menos rapidamente, foram resolvidas. Para tomar conhecimento do actual conflito, que desde há muito se vinha desenhando, contactámos alguns elementos da comissão de delegados de trabalhadores.

Foi Vítor Sousa quem começou por nos afirmar que, em 25 de Abril, em Maio, ini-



Trabalhadores de J. Pimenta: expectativa e decisão

ciou-se o nosso processo reivindicativo embora de forma bastante anárquica. Para isso contribuiu a grande dispersão dos trabalhadores e o que dificultou a nossa luta em termos unitários. Uma vez eleita a comissão de trabalhadores elaborou-se um caderno reivindicativo que foi apresentado ao Conselho de Administração. O sr. Pimenta convocou, então, um grande número de trabalhadores e disse que a empresa estava mal, que não tinha dinheiro e que a política dele era a bandeira nacional. «O caderno continha uma lista de 28 indivíduos a sanear, para nós mais importante do que qualquer outro ponto, naquela altura. Organismos piquetes para não deixar entrar essas pessoas e conseguimos os nossos intentos, mas os ordenados continuaram a ser pagos. Claro, fomos para o Ministério do Trabalho negociar e ainda hoje lá andamos».

Mas à luta dos trabalhadores não ficou por aqui uma vez que as manobras do sr. Pimenta também não pararam. Desta feita foi Carlos Pereira que nos contou em Agosto de 1976 uma tentativa de despedimento de 2100 camaradas que conseguimos impedir. Em tratamento a situação polida agravou-se em Setembro e sentiu-se a escalada da repressão. Surgiu, por exemplo, um grupo de trabalho autodenominado que ia às obras propondo-se criar grupos desportivos e tratar dos aumentos salariais.

Ainda sobre este «grupo de trabalho» o camarada João Luis adiantou: «O tal grupo publicou um comunicado fazendo acusações graves aos delegados da comissão de trabalhadores. Desmentimos todas essas calúnias e entretanto foram despedidos 9 delegados que no mesmo dia, e através de pressões feitas junto da administração, foram considerados suspensos. Exigindo a readmissão desses 9 colegas apresentou-se um abaixo-assinado dos trabalhadores à administração com mais de 1500 assinaturas. Houve cedeles que se deslocaram a pé, de Talaiade até aqui a sés (10 km), só por darem a sua assinatura. Depois iniciou as negociações no Ministério do Trabalho e na quinta-feira, 26 de Setembro, a administração pediu que as negociações prosseguissem na segunda-feira, dia 30. Durante o fim de semana do 28 de Setembro e do dia 30, ao retomar os trabalhos, a administração deixou de levantar quaisquer problemas ficando tudo resolvido. Estranho mas compressível. De então para cá, a empresa tem vivido de subsídios, hipotecas e de um grupo de gestores. Carlos Pereira adiantou: «Com a nova gestão as partes trat-

cas da reconversão não surgem, até porque para pôr em prática as ideias dos gestores é necessário capital, o que não existe. O património está praticamente todo hipotecado».

Em face desta situação os trabalhadores reuniram em plenário no passado dia 12, decidindo eleger um novo conselho fiscal composto por trabalhadores, afastar toda a administração excepto o sr. J. Pimenta, eleger um conselho de gestão da confiança dos trabalhadores e proceder ao nivelamento salarial.

Tudo isto tencionavam os trabalhadores antes de se deslocarem ao sr. Pimenta, no dia seguinte, pelas 14 horas, só que não apareceu em virtude de durante a manhã, ter passado a fronteira para ir ao médico a Sevilha, segundo informações dadas por um familiar do sr. Pimenta.

A terminar Vítor Sousa salientou que a situação não é das mais bem apetrechadas tecnicamente, sendo capaz de responder às principais exigências habitacionais do País. O Governo tem, pois, de olhar para o nosso caso.

ITT-RABOR

DESDE o 25 de Abril que a multinacional ITT tem vindo a desenvolver esforços no sentido de lutar por o processo evolucionário em curso, utilizando todas as formas e processos ao seu alcance.

A ITT-Rabor, pelo do jogo imperialista, desde 1968 vem a ser utilizada de uma forma bem característica e tradicional das multinacionais.

O 25 de Abril obriga a ITT a modificar a sua forma de actuar, mas concretamente após o 26 de Setembro é que altera profundamente o seu comportamento. Aliás, o comportamento da ITT nunca deixou de acompanhar todos os avanços e retrocessos da revolução portuguesa — revela a comissão de iniciativa dos trabalhadores da ITT-Rabor em Ovar.

A vinda, em Maio, do sr. Marco Fajim, de nacionalidade brasileira, para director-geral do Grupo Oliva/Rabor, conhecido profundo de todas as técnicas de demagogia, insere-se numa das muitas manobras oportunistas e habilidosas do sr. Fajim, executadas pela ITT.

Na presença do cerco económico que se ia apertando caía vez mais, surgiu um grupo de trabalhadores na ITT-Rabor, que conscientes a atentos ao desenvolver dos acontecimentos, recolheu elementos, provas documentais e outros dados, que permitiram a elaboração de um relatório que foi apresentado em plenário de empresa no passado dia 29 de Janeiro.

Este relatório denunciava a sabotagem económica, pela técnica nomeadamente da sub-facturação, corte de investimentos, anulação de encomendas do Grupo ITT, falta de liquidez de caixa e trabalhadores desocupados.

Com o aval de 414 trabalhadores, que assistiram aquele plenário, a comissão de iniciativa dos trabalhadores divulgou amplamente o relatório na Imprensa e na Rádio e contactou nos dias 30 e 31/1 com o Ministério do Trabalho e o Movimento das Forças Armadas.

Passados oito dias, portanto no dia 6.2.75, o jornal «O Social» divulgou o nosso relatório e no dia 11 mediado o sr. Marco Fajim desmentiu categoricamente a comissão de trabalhadores da ITT-Rabor.

Esta afronta pública leva os trabalhadores a reunirem-se em plenário no dia 7.2 onde deliberam, por unanimidade, a ocupação imediata da empresa, com vista a impedir a saída de documentação, impedir a

entrada de elementos da administração, até que se verifique a presença dos representantes do Governo. Solicitar ao Governo a intervenção imediata, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74.

A presença do delegado do Ministério do Trabalho no dia 11.2 vem completar a última das condições que levaram à ocupação da fábrica, pelo que se decide que esta seja levada a partir das 9 horas do dia 12.

Entretanto, o sr. Marco Fajim não deixa de fazer as suas diligências, no dia 10, no Ministério do Trabalho e na Junta de Salvação Nacional.

No dia 14 do corrente apresenta-se na ITT-Rabor um delegado do Ministério das Finanças, que é imediatamente retido pela direcção no seu gabinete, até à chegada do administrador, sr. Marco Fajim, e do responsável financeiro do Grupo Oliva/Rabor, dr. Pedro Coelho, este bastante a comissão ter declarado, entretanto, à direcção e ao delegado do Ministério das Finanças, que estes deviam contactar com a Comissão de Trabalhadores da empresa e não com a administração, pois tinham sido os trabalhadores a pedir a intervenção do Estado.

A Comissão, em face de mais esta manobra oportunista, resolve impugnar a presença do delegado do Ministério das Finanças, e envia o seguinte telegrama de protesto para as entidades oficiais: «A comissão de iniciativa dos trabalhadores da ITT-Rabor impugna a presença do delegado do Ministério das Finanças, dr. Manuel Leite de Assunção, dado estarem a haver conversações entre este, e a administração e a direcção da empresa, sem ter havido qualquer acatamento privativo dos elementos da Comissão de Trabalhadores».

A posição intransigente dos trabalhadores leva o delegado do Ministério das Finanças a não iniciar o inquérito e a contactar o delegado do Ministério do Trabalho em Aveiro.

Nesta reunião os delegados da Comissão de Trabalhadores reafirmam a sua tomada de posição, o que leva aqueles dois delegados do Governo a contactarem os seus Ministros.

A Comissão de Iniciativa dos Trabalhadores da ITT-Rabor quer deixar esta oportunidade sem reafirmar que esta luta é e foi iniciada pelos trabalhadores, pelo que não permitirá ingerências ou membros de qualquer espécie de entidade «patronal», mantendo-se firme e vigilante na defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, ao lado do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas.

PAN-AMERICANA

«Em Portugal, a Pan Americana, tudo indica, deixará sem trabalho mais de uma centena de trabalhadores entregues à angustiante incerteza da sua difícil reconversão e recolocação no já saturado mercado de serviços» afirma-se num comunicado do Sindicato dos Administrativos da importante Aeronavegação e Pesca a propósito de duas companhias aéreas americanas, a TWA e a PAN-AM que, por razões (aparentes) de deficiente financeiro, se propõem fazer uma partilha de rotas e aeroportos.

Mais à frente o comunicado acrescenta: «Se fosse necessário provar, que para este tipo de trabalhadores os despedimentos não contam como seres humanos bastaria lembrar que do processo da partilha de rotas iniciado em Outubro 1974 e de decisão desde Janeiro 1975 ainda não foi dado qualquer conhecimento oficial aos trabalhadores portugueses. Estes somente sabem que há haver despedimentos, desconhecendo o que, quando e quem,



CARNE DE 1.ª CATEGORIA

- 1 — Alcatra
- 2 — Pojadouro e coberta
- 3 — Rabadilha
- 4 — Chã de fora ou ganço
- 5 — Acém comprido
- 6 — Cheio, agulha, sete e espelho da pã

CARNE DE 2.ª CATEGORIA

- 7 — Chambões
- 8 — Aba grossa
- 9 — Peito alto
- 10 — Restos da pã e coberta do acém
- 11 — Cachaço

CARNE DE 3.ª CATEGORIA

- 12 — Aba delgada
- 13 — Aba das costelas
- 14 — Pregro do peito
- 15 — Rabo

PREÇOS EM VIGOR

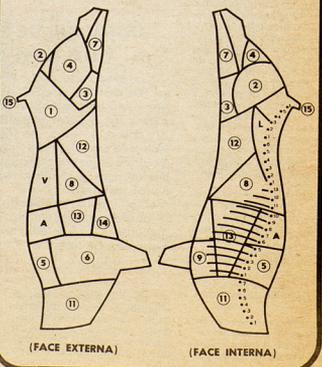
CARNES — bovino Adulto (preços máximos de venda ao público)

NOMENCLATURA DO SUL

	S/Osso Kg	O/Osso Kg
Lombo e vazia		
1.ª categoria		
Acém redondo, pojadouro, pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora, cheio, sete e espelho da pã	100500	75500
agulha...		
2.ª categoria		
Restos da pã, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões, coberta do acém	64500	48500
3.ª categoria		
Aba delgada, aba das costelas, pregro do peito e rabo	48500	36500
Lingua limpa	80500	
Rim limpo	80500	
Riçada e gorduras	4500	

NOMENCLATURA DO NORTE

	S/Osso Kg	O/Osso Kg
Lombo e vazia		
1.ª categoria		
Cornelha, jarrete, rabada, posta falsa, perna, folla e pã (cheio, bico, capão, folla, restos da pã)	100500	75500
2.ª categoria		
Cachaço, capa de cernelha, óculo, nispós, sobrepeito	64500	48500
3.ª categoria		
Fralda	48500	36500
Peito e rabo	48500	36500
Lingua e rim, límpios	80500	
Gordura	4500	



(FACE EXTERNA)

(FACE INTERNA)

ENSINO

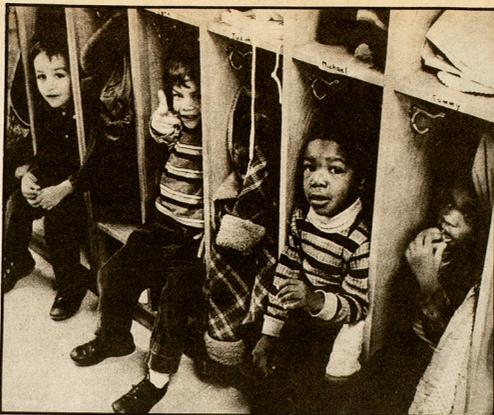
«Quanto mais livre mais culto», diz um velho provérbio. Não menos certo será dizer-se que quanto mais culto mais livre. Na verdade, cultura e liberdade, a par e passo, completam-se, dão forma ao Homem integrando-o numa sociedade que se pretende cada vez mais justa.

Dai que o nível educacional de um país seja reflexo do modo de vida das pessoas desse mesmo país, ou melhor, da sua organização social. Nós, portugueses, vivemos durante 48 anos sob um regime fascista e para o fascismo, como para qualquer forma de capitalismo, o desenvolvimento cultural do Homem apenas interessa consoante as suas (dóceis) necessidades.

Se, por um lado, o capitalismo tem interesse em formar uma minoria privilegiada de técnicos especializados (engenheiros, agentes técnicos, economistas etc.) igualmente lhe interessa manter uma maioria de ignorantes para explorar como mão-de-obra barata. Por outro lado, é muito mais fácil dominar e conduzir, a seu belo prazer, uma sociedade em que a maioria seja inculta e ignorante.

Nas sociedades capitalistas em que os meios de produção (máquinas e matérias-primas) são privados, isto é, são propriedade de uma minoria, o ensino está ao serviço da classe dominante.

Contrariamente, nas sociedades socialistas



A TERRÍVEL HERANÇA

sendo os meios de produção colectivos, o Estado é o poder dos trabalhadores ficando, então, o ensino ao serviço da maioria da população.

FALAM OS NÚMEROS

Segundo a Conferência Internacional de Educação realizada pela UNESCO em 1972, entre 1960 e 1968, a matrícula escolar mundial em todos os graus de ensino passou de 325 milhões para 460 milhões de alunos, sem contar que quase 40 milhões de crianças estavam inscritas no ensino pré-primário.

Para obter tais resultados as despesas públicas da educação passaram de 54 mil milhões de dólares em 1960 para 132 mil milhões em 1968. Tal é a importância dada à educação a nível mundial.

Mas, apesar de todos estes esforços, o número de letrados no mundo ultrapassa os 800 milhões de pessoas. E que toda esta riqueza é desigualmente distribuída, basta dizer que 72 por cento da população mundial vive em países subdesenvolvidos, representando as suas despesas para a educação pública apenas 11 por cento das despesas mundiais.

Enquanto os países subdesenvolvidos gastam, em média, 5 dólares para o ensino por habitante, os países desenvolvidos despendem

100. Debruçando-nos ainda um pouco mais sobre a cruzada dos números verificamos que, actualmente, 7 por cento do produto mundial bruto é gasto em armamento, mais do que em qualquer outro período histórico. A despesa anual média por soldado é de 7800 dólares enquanto que por criança, a título de educação, é de 100 dólares!

ENTRE NÓS!

Entre nós, e embora não queiramos ser alarmistas, podemos afirmar que o nível educacional da população é verdadeiramente catastrófico. Para o ditador Salazar, de triste memória, saber ler, escrever e contar era quanto bastava. Estudificar para reinar, talvez seja a melhor fórmula para definir tal política educacional.

Com a tomada do poder, em 1968, por Marcelo Caetano, o então ministro da educação Veiga Simão afirmava pretender «democratizar» a educação, ou qualquer outra coisa, numa sociedade capitalista. E é assim que o resultado de toda uma política de 48 anos está à vista: em cada 100 portugueses 37 são analfabetos. Até aos 18 anos quase todos sabem ler e com mais de 40 anos é raro o que sabe ler e escrever.

Durante o regime fascista, enquanto que 50 a 60 por cento do orçamento geral do Estado era gasto com a guerra colonial e «defesa dos territórios», apenas 1 a 3 por cento era utilizado com a educação. Tal política custou ao povo português 10000 mortos e 30000 estropiados, estes últimos dificilmente recuperáveis com as estruturas existentes.

A paronâmica actual do ensino em Portugal não é, pois, das mais encorajantes graças à herança que nos foi legada pelos tais 48 anos de fascismo. A todos os níveis a educação no nosso país (e em todos os países capitalistas) é um privilégio, inclusivamente geográfico; basta reparar que a maioria dos estabelecimentos de ensino se concentra na faixa costeira ocidental, nos principais centros urbanos, sendo votadas ao abandono as zonas rurais do interior.

Por outro lado, encontramos-nos, por enquanto, numa sociedade em que as classes sociais ainda não foram abolidas, o que faz com que as crianças de origens sociais diferentes tenham oportunidades desiguais de acesso à educação.

A origem social de uma criança determina, pois, a sua orientação profissional do futuro. É assim que, por dificuldades económicas, a

grande maioria das nossas crianças abandona os seus estudos por volta dos 10 ou 12 anos de idade e são lançadas na exploração da sua força de trabalho.

Surgem, assim, os tais «homens que nunca foram meninos», uma minoria dos quais virá, mais tarde, tentar retomar os estudos que na altura própria lhes foram negados.

Mas vejamos em traços gerais as carências do nosso ensino. O ensino pré-primário, pedra basilar de todo o sistema educacional, é um luxo à que poucos podem chegar dada a sua inexistência oficial. Até, durante a primeira República, o ensino pré-primário estava institucionalizado mas, graças ao ditador Salazar, foi abolido após a implantação da ditadura.

Atentemos, agora, nos seguintes números. A população estudantil em Portugal, referente ao ano lectivo de 73/74, era de 1 551 624 alunos distribuídos da seguinte forma:

- Ensino Superior, 83 055; Ensino Liceal, 159 328; Ensino Técnico, 136 485; Ensino Preparatório (directo e tele-escola), 236 092; Ensino Primário, 317 034; 5ª e 6ª classes, 27 610; Ensino Técnico Médio, 10 643; Ensino Artístico, 4835; Magistério, 6482.

Dos números apresentados constata-se que a maioria de frequências recai sobre o ensino primário, enquanto que ao ensino superior apenas chega uma escassa minoria, ou seja, aqueles que economicamente têm disponibilidades. De resto, entre os estudantes universitários portugueses apenas 4,2 por cento são filhos de operários ou camponeses, enquanto que na Bélgica, por exemplo, era de 22,8 por cento, já em 1967.

Quanto ao ensino secundário (técnico e liceal) pouco mais vale que preparar um certo tipo de operário especializado e fornecer uma elite de alunos para as universidades.

O ENSINO E OS TRABALHADORES

Sendo tão difícil o acesso à educação, muitos irão, já adultos, tentar recuperar o tempo perdido. Surgem, assim, os trabalhadores-estudantes. Mas novas dificuldades se levantam.

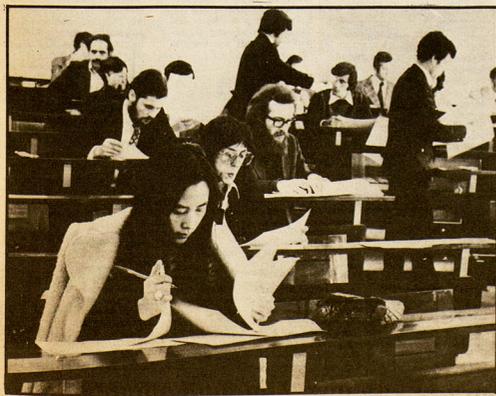
Deveremos partir do princípio de que o acesso à cultura e ao ensino é um direito inalienável das classes trabalhadoras. Haverá pois que criar um ensino específico para trabalhadores, com tanto, medidas urgentes, desde já.

A instituição de bolsas e de horários especiais são duas das medidas que mais se fazem sentir, aliás não são poucos os casos em que se nega trabalho a alguém só porque estuda, como se estudar valorizasse, no fim de contas, fosse um crime. Por outro lado o trabalhador estudante deverá desenvolver uma actividade profissional compatível com o ensino professado, com vista a um melhor rendimento, não só na escola como na própria empresa em que trabalha.

É igualmente importante que se proceda à reformulação dos conteúdos das matérias ministradas tendo em conta a ligação entre o trabalho prático e o ensino. A juntar a tudo isso é ainda de salientar o alto custo do material escolar bem como das propinas de frequência.

Para já há que modificar a ideia de ensino que persiste entre nós. A educação como meio de acesso à cultura, é algo que faz parte integrante da vida do Homem. A educação não deverá limitar-se aos muros da escola, devendo, pelo contrário, prolongar-se por toda a vida através dos mais variados meios.

Os caminhos a seguir são diversos, mas o importante é a qualidade dos conhecimentos adquiridos, tornando-se a educação um verdadeiro movimento popular.



NOTICIÁRIO

NACIONAL

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO M.F.A.

A assembleia de delegados do M.F.A. aprovou os pontos fundamentais a que vai obedecer a sua institucionalização política. Defendida por muitos, atacada por alguns, esta institucionalização, já esperada, vem responder aos anseios daqueles que pretendem que a revolução iniciada em 25 de Abril prossiga sem deslucidos.

Os pontos fundamentais a que a institucionalização deve obedecer vão ser agora apresentados às forças políticas mais representativas, após o que voltará à assembleia dos delegados para ratificação final.

«O M.F.A. não pretende com isto instituir uma ditadura», como afirmou o capitão Vasco Lourenço, porta-voz habitual do plenário daquele movimento, «até porque — acrescentou — uma ditadura a verificar-se, não se pede, verifica-se de facto». Pretende, sim, garantir uma leitura válida do seu programa, uma leitura que tenha em conta verdadeiros interesses do Povo Português, nomeadamente das classes mais desprotegidas.

Aquele oficial afirmou a propósito que «aquela aliança que há muito tempo vêm a proclamar — e que o povo proclama também — definida pelo Povo M.F.A., Povo M.F.A., Povo, não é uma palavra vã. Não é igualmente uma frase que se atira para o ar, pois pretendemos alcançar o Povo M.F.A. Português e na defesa das classes mais desprotegidas.»

Esta aliança Povo-M.F.A., verificou-se, quando do 28 de Setembro, e é maior garante do espírito da revolução que se processa em Portugal e que, com a institucionalização do M.F.A., com a garantia da sua permanência no processo, avançará mais um passo. A institucionalização só poderá não agradar aqueles para quem o 25 de Abril já foi longe de mais, aos que preferiam um simples golpe de Estado a uma revolução e esses não são o povo, as massas trabalhadoras, nem sequer os seus defensores.

Almirante Silvano Ribeiro, novo ministro da Defesa.

Comandante Correia Jesuino, novo ministro da Defesa Nacional.

DOIS MARINHEIROS NO GOVERNO

Dois novos ministros entraram para o Governo Provisório, ambos marinheiros, ambos membros do M.F.A. e figuras conhecidas pela sua acção desportiva: o antigo 25 de Abril Silvano Ribeiro e o comandante Correia Jesuino, que Defesa e a Comunicação Social, vagas desde a demissão do general Spínola.

O novo ministro da Defesa, capitão-de-mar-e-guerra (graduado em vice-almirante) Silvano Ribeiro, era até agora membro da Junta de Salvação Nacional, cargo que o ocupava desde 8 de Outubro, em substituição do almirante Rosa Coutinho, então enviado para Angola como governador-geral.

Como membro da Junta de Salvação Nacional e do Conselho Superior de Defesa Nacional, o almirante Silvano Ribeiro foi nomeado pelo Conselho de Extinção da P.I.D.E., D.G.S. e P.F.

Para o ministro da Comunicação Social foi nomeado outro marinheiro, o comandante Correia Jesuino, figura de grande prestígio na Armada.

Logo após a revolução do 25 de Abril foi nomeado para a Comissão «A Hoca» para a imprensa e a seguir para a comissão para os Órgãos de Informação. Foi depois indigitado para Director-Geral da Informação, cargo que não chegou a assumir, por, entretanto, não ter sido nomeado pelo então secretário de Estado da Comunicação Social do Governo quando foi um dos mais directos colaboradores.

Recorda-se, entretanto, que o Ministério da Comunicação Social não tinha titular desde a demissão do major Sanches Ostro ver-

ficada na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro. Desde então estava directamente dependente do ministro sem pasta, major Vitor Alves.

DIVÓRCIO PARA OS CATÓLICOS

Os portugueses, os casados pela Igreja católica vão poder divorciar-se civilmente graças ao acordo que altera o texto do Concordato, agora assinado entre o Governo Provisório e o Vaticano.

Este acordo, assinado em nome do Governo português pelo ministro da Justiça Dr. Salgado Zinha, vem permitir a alguns milhares de portugueses regularizar juridicamente a sua situação, pois muitos são aqueles que, após separados de facto de seus conjuges, vivem em situação ilegal com todos os conseqüências desagradáveis que dessa situação resultam, sobretudo para os filhos nascidos de tais ligações, considerados à face da lei ilegítimos.

Nesta agora aguardar que a Lei do Divórcio seja alterada de acordo com o espírito do novo protocolo estabelecido entre Portugal e a Santa Sé.

SAÍDA ILEGAL DE DIVISAS

A saída ilegal de divisas para o estrangeiro «tem vindo a aumentar após o 28 de Setembro, no entanto, a seguir ao fim do ano, este fenómeno deverá cessar, segundo um portavoza da Polícia Judiciária, citado por um vespertino lisboeta.

São 27 os casos de saída ilegal de capitais que, à semelhança do que se passa com a Polícia Judiciária investiga. Um deles, o mais volumoso envolvendo a soma de um milhão vinte e cinco mil noventa e cinco contos. Embora se trate de um caso isolado, este como todos os outros casos, sabe-se que foram efectuadas divisas e enviados para fora do país em processos de investigação.

Nas suas investigações a P.J. conta com a colaboração da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros, e da Comissão de Extinção dos cinco funcionários daquela Polícia para a investigação de todos os casos, número, que é considerado manifestamente insuficiente para o que se impõe verificar.

ESPERANÇAS FRUSTRADAS

Como se estivéssemos ainda a 24 de Abril de 1974, um jovem espanhol antifascista e católico, foi preso em Portugal, condenado a vários anos de prisão por actividades políticas que entregou à D.G.S. espanhola pela Comissão de Extinção da Paradoja (Miranda da Moura) junto da qual tinha procurado apoio político. O caso causou forte indignação entre os democratas da região, que o denunciaram publicamente apesar das várias tentativas para o silenciar.

Mais de uma semana passada sobre este infeliz acontecimento que não se pode identificar com o espírito da jovem democracia portuguesa, o Ministério das Finanças, de quem depende a G.F., em comunicado distribuído aos jornais, informa que decorre «rigoroso inquérito» às circunstâncias em que o referido cidadão foi preso, tendo sido as autoridades espanholas «se aquele indivíduo pediu auxílio político ou se foi detido como simples indocumentado, seguindo-se a transição normal neste caso».

Segundo aquel comunicado, e apesar de a legislação vigente não ser explícita quanto à questão de asilo político, a G.F. «por sua iniciativa emitiu para todos os postos fronteirizos em 8 de Julho de 1974, a circular 20/315, determinando que os cidadãos estrangeiros que expressamente solicitam asilo político sejam encaminhados para o posto de aplicação de asilo político», a G.F. «por sua iniciativa emitiu para todos os postos fronteirizos em 8 de Julho de 1974, a circular 20/315, determinando que os cidadãos estrangeiros que expressamente solicitam asilo político sejam encaminhados para o posto de aplicação de asilo político», a G.F. «por sua iniciativa emitiu para todos os postos fronteirizos em 8 de Julho de 1974, a circular 20/315, determinando que os cidadãos estrangeiros que expressamente solicitam asilo político sejam encaminhados para o posto de aplicação de asilo político».

O inquérito decorre e as responsabilidades serão apuradas, entretanto um jovem espanhol antifascista quando pensava estar salvo da prisão de asilo político, que afora a sua povo, vive de novo na prisão, deve ter sido a lei que o tortura há dezanove tempo atrás, o espírito de revolução do 25 de Abril em Portugal. O espírito reinar tempo atrás e a situação de asilo político não se tratava e que não se pode identificar com os sentimentos da maioria esmagadora do Povo Português.

FUNÇÃO PÚBLICA APROVADA A ESTRUTURA SINDICAL

Numa assembleia interministerial de delegados pro-sindicais dos trabalhadores da função pública realizada na noite da passada segunda-feira nas instalações do Laboratório Nacional da Engenharia Civil em Lisboa, foi finalmente determinado o tipo de estrutura sindical a adoptar pelos trabalhadores daquele sector profissional. Com efeito, no seguimento de outras reuniões de delegados de carácter interministerial, na assembleia foram recolhidos os resultados finais das discussões efectuadas nos diversos organismos públicos.

Essas discussões basearam-se inicialmente na fase de sete propostas de organização sindical, embora na fase final do processo incidisse apenas sobre cinco. Segundo os resultados apurados na passada segunda-feira, 124 organismos totais, 177 delegados, aprovaram várias propostas de organização sindical enviadas para a comissão-sindical da Inspeção-Geral dos Transportes Terrestres — com 70 votos. 25 organismos abstiveram-se, tendo o restante 24 votos sido distribuídos pelas outras quatro propostas.

Para a proposta da c.s., da D. G. T. T. o órgão sobranceiro do movimento pro-sindical do Trabalho da Função Pública é a Assembleia Regional de Delegados. Assim, estando destacados por funções: «adotar a estratégia a definir pelo movimento pro-sindical do Trabalho da Função Pública», «definir as propostas que se tenham apresentadas pelas Comissões Pro-Sindicais do departamento e pela Comissão Directiva Regional», «superintender e controlar a actividade da C. D. R. e eleger os membros da Comissão Directiva Regional e da Mesa da Assembleia Regional de Delegados». Ainda de acordo com a mesma proposta, aprovada, a Comissão Directiva Regional, numa primeira fase, terá como principais tarefas a efectivação do recenseamento dos trabalhadores da função pública, o angariação de fundos e a constituição de uma sede para o movimento pro-sindical dos delegados sindicais do departamento de Lisboa. A Assembleia Regional de Delegados é, por seu turno, constituída por delegados ao nível departamental (directores gerais ou organismos públicos), ou Comissões Pro-Sindicais ou estruturas elementares em cada departamento pelos trabalhadores em Reunião Geral de Trabalhadores, representantes designados e constituindo o órgão executivo da sua vontade expressa nas mesmas R. G. T.

Segundo a proposta de organização sindical dos trabalhadores da função pública a eleição da Comissão Directiva Regional será feita por votação nominal e numérica lista, depois de discutidos todos os programas nas bases a nível departamental, em Assembleia Regional de Delegados. Como estrutura de coordenação entre as várias Comissões Directivas Regionais Pro-Sindicais é ainda defendida a criação de um

Conselho Coordenador de Comissões Directivas Regionais — composto por representantes das várias Comissões Directivas Regionais — que terá funções de recomendação e coordenação para todas as questões de interesse para os trabalhadores da função pública.»

ELEIÇÃO DE UMA C. D. R. PROVISÓRIA

Já na segunda parte da assembleia da passada segunda-feira foi aprovada uma proposta apresentada pelo Grupo Coordenador dos Trabalhadores da Função Pública que, fundamentalmente, previa a constituição, no mais curto prazo, de uma Comissão Directiva Provisória a nível regional.

Nos considerandos dessa proposta, assinalava-se por outro lado, após o referido à discussão nos diversos locais de trabalho, tinha sido aprovada uma proposta de organização sindical e que, «com base na proposta aprovada, se tornava necessário começar a elaboração de um projecto de regulamento para a organização sindical em outro lado, referia-se à existência de problemas urgentes que importava desde já começar a tratar simultaneamente».

Assim, atendendo a que os trabalhadores da função pública de Espanha lançaram um protesto contra a repressão feita pelo seu Governo às legítimas aspirações do povo de Espanha por Justiça Social, ficou decidido enviar um telegrama à Comissão Interministerial dos Trabalhadores em Lisboa (protestando veementemente contra a situação de ilegalidade do «governo» a quem lutam por uma Espanha Livre e Democrática) e fazer circular um manifesto em nome da função pública de todo o país a um abaixo-assinado para a elaboração, e entregar, proximamente, a mesma entidade.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO

No seu último plenário a União dos Sindicatos do distrito de Aveiro aprovou por unanimidade uma moção em que se considerava «prematura a tomada de qualquer posição relativamente ao projecto elaborado pela Comissão Interministerial para o Estudo do Horário do Trabalho Nacional antes que se efectuassem as modificações estruturais no campo económico que perpassam a reorganização salarial e as deficiências no funcionamento do actual Grupo Coordenador (equivalente ao antigo departamento de trabalho adequadamente, fundos, meios técnicos, etc., que por os seus membros não estarem devidamente responsabilizados, não tendo, portanto, capacidade para conduzir e executar múltiplas tarefas necessárias) que, no seu conjunto, tornavam urgente a criação de um órgão executivo provisório que desse efectivo andamento a essas múltiplas tarefas».

Como passos para a constituição desse «órgão executivo provisório» ocuparam-se a Comissão Interministerial de Delegados sindicais do departamento de Lisboa. A Assembleia Regional de Delegados é, por seu turno, constituída por delegados ao nível departamental (directores gerais ou organismos públicos), ou Comissões Pro-Sindicais ou estruturas elementares em cada departamento pelos trabalhadores em Reunião Geral de Trabalhadores, representantes designados e constituindo o órgão executivo da sua vontade expressa nas mesmas R. G. T.

Comissão Directiva Regional no prazo máximo de cinco meses.»

Na mesma proposta apresentada ao Conselho Coordenador e aprovada por grande maioria pela assembleia de delegados dos trabalhadores da função pública, acrescentava-se a inclusão dos seguintes assuntos como pontos da Ordem de Trabalhos da Assembleia da próxima semana: revisão salarial, distúrbios e estado de saúde da função pública (assuntos que deveriam ser tratados imediatamente a seguir à eleição da C. D. P.).

MOÇÃO DE APOIO A TRABALHADORES ESPANHÓIS

Durante a Assembleia de Delegados Pro-Sindicais da Função Pública do passado dia 17 de Abril aprovada por aclamação, uma proposta apresentada pela Assembleia de Delegados Pro-Sindicais dos Trabalhadores da Função Pública em que se adoptavam medidas de solidariedade aos trabalhadores espanhóis vítimas de repressão do seu Governo fascista.

Assim, atendendo a que os trabalhadores da função pública de Espanha lançaram um protesto contra a repressão feita pelo seu Governo às legítimas aspirações do povo de Espanha por Justiça Social, ficou decidido enviar um telegrama à Comissão Interministerial dos Trabalhadores em Lisboa (protestando veementemente contra a situação de ilegalidade do «governo» a quem lutam por uma Espanha Livre e Democrática) e fazer circular um manifesto em nome da função pública de todo o país a um abaixo-assinado para a elaboração, e entregar, proximamente, a mesma entidade.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO

No seu último plenário a União dos Sindicatos do distrito de Aveiro aprovou por unanimidade uma moção em que se considerava «prematura a tomada de qualquer posição relativamente ao projecto elaborado pela Comissão Interministerial para o Estudo do Horário do Trabalho Nacional antes que se efectuassem as modificações estruturais no campo económico que perpassam a reorganização salarial e as deficiências no funcionamento do actual Grupo Coordenador (equivalente ao antigo departamento de trabalho adequadamente, fundos, meios técnicos, etc., que por os seus membros não estarem devidamente responsabilizados, não tendo, portanto, capacidade para conduzir e executar múltiplas tarefas necessárias) que, no seu conjunto, tornavam urgente a criação de um órgão executivo provisório que desse efectivo andamento a essas múltiplas tarefas».

Como passos para a constituição desse «órgão executivo provisório» ocuparam-se a Comissão Interministerial de Delegados sindicais do departamento de Lisboa. A Assembleia Regional de Delegados é, por seu turno, constituída por delegados ao nível departamental (directores gerais ou organismos públicos), ou Comissões Pro-Sindicais ou estruturas elementares em cada departamento pelos trabalhadores em Reunião Geral de Trabalhadores, representantes designados e constituindo o órgão executivo da sua vontade expressa nas mesmas R. G. T.

Segundo a proposta de organização sindical dos trabalhadores da função pública a eleição da Comissão Directiva Regional será feita por votação nominal e numérica lista, depois de discutidos todos os programas nas bases a nível departamental, em Assembleia Regional de Delegados. Como estrutura de coordenação entre as várias Comissões Directivas Regionais Pro-Sindicais é ainda defendida a criação de um

Conselho Coordenador de Comissões Directivas Regionais — composto por representantes das várias Comissões Directivas Regionais — que terá funções de recomendação e coordenação para todas as questões de interesse para os trabalhadores da função pública.»

Assim, atendendo a que os trabalhadores da função pública de Espanha lançaram um protesto contra a repressão feita pelo seu Governo às legítimas aspirações do povo de Espanha por Justiça Social, ficou decidido enviar um telegrama à Comissão Interministerial dos Trabalhadores em Lisboa (protestando veementemente contra a situação de ilegalidade do «governo» a quem lutam por uma Espanha Livre e Democrática) e fazer circular um manifesto em nome da função pública de todo o país a um abaixo-assinado para a elaboração, e entregar, proximamente, a mesma entidade.

Acabar ou em várias...

ganha que onde o fur tem ganho...

SN EC

TINHA fic último nio...

que não UNIBUN que Benito...

o posto ita (nisto a lito...

Um sin clube. Os neta est...

de-me s várias co...

berdade para faz...

da, mas e que haja cada...

rente ter Portugal st...

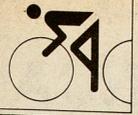
nos have mais vári...

de levar se quências f...

mais, vem desportivo Joaquin B...

o caso no Nisco, q...

DESPORTO



Acabar ou não com o ciclismo no Benfica. Um longo debate em várias assembleias gerais... Um argumento a favor: a propaganda que o ciclismo faz do clube por essas terras da província onde o futebol não chega. A corrente pró-ciclismo sempre tem ganho as votações... A imagem é de uma Volta a Espanha e o comandante do pelotão é António Martins

SINDICATOS E CICLISMO

TINHA ficado combinado no último número que voltaríamos aqui a referir-nos a um artigo sobre UNICIDADE que Joaquim Benite assinou, em número recente de «O Sítio», servindo-se de terminologia desportiva para tornar mais compreensível o seu artigo. Já então, partindo de uma frase de Benite e procurando dar-lhe ainda um maior desenvolvimento «desportivo», tínhamos chegado à conclusão de que, se o trabalhador quer ganhar, o partido quer ganhar.

De aí que os clubes sintam a necessidade de se agrupar em sindicatos que são «grandes clubes de trabalhadores» e, posto isto (ou melhor: ser posto isto) poderemos continuar a leitura do artigo de Benite, que diz, a certa altura: «**Um sindicato é como um clube. Os trabalhadores que nele estão associados vivem-se certamente em várias correntes de opinião. Essas correntes de opinião são livres para se exprimir, para fazer a sua propaganda, mas é impossível aceitar que haja uma direcção para cada corrente, que cada corrente tenha uma administração sua porque, assim, não haveria um sindicato, mas vários sindicatos.**»

Voltando ao nosso propósito de levar às suas últimas consequências (ou talvez penúltimas, já que muitos exemplos desportivos fornecidos por Joaquim Benite, estão a pôr o caso no Benfica, por exemplo) onde há muitos sócios que concordam com o ciclismo e outros que discordam da existência dessa secção dentro do clube.

Cada grupo expõe os seus argumentos: — Uns entendem que o ciclismo é uma modalidade tão tradicional e tão respeitável dentro do Benfica que não faz parte do emblema do clube uma roda de bicicleta. E mais que o ciclismo faz a propaganda do clube por essas terras fora do País onde o futebol não chega, mas chega a Volta a Portugal. E mais que o ciclismo é o Sporting ciclismo e o F. C. Porto também, o Benfica não poderia ficar atrás e deixar a parte da popularidade do clube se deve ainda ao José Maria Nicolau, que foi um grande ciclista dos anos trinta, etc., etc., etc.

Outros, porém, com igual sinceridade e com o mesmo coração, defendem ideias totalmente opostas: o ciclismo não interessa nada ao clube, traz despesas enormes e nenhuma

receitas, isso do emblema não quer dizer nada, isso de o Sporting e o Porto terem ciclismo e lá com eles, cada um sabe de si e, quanto à propaganda do clube através do ciclismo, também não interessa a grande coisa, porque o Agostinho é que limpa tudo, e os seus têm o Agostinho, não temos o Eusebio e o futebol é que interessa, etc., etc., etc.

Mais uma vez, nos últimos anos, a questão tem sido assim discutida no Benfica, com entusiasmo, com calor, até ao assunto é votado e, até aqui, sempre tem ganho a corrente pró-ciclismo, mas isso não significa, evidentemente, que a facção anticiclismo se tenha verdadeiramente derrotada ou se sinta na obrigação de abandonar a assembleia ou até de abandonar o clube. Naturalmente, a minoria vence, precisamente porque é uma minoria; aceita democraticamente a opinião da maioria, continua a ser sócio do Benfica e claro está que aponta até os ciclistas do clube, sempre que eles entram em prova. Isto não quer dizer que a minoria mudou de opinião. Quer dizer que aliunde com a maioria para o que o clube possa continuar a ser forte. Não vai a corrente vencida só por isso abandonar o clube e formar outro clube que seria um Sport Lisboa e Benfica-sem-ciclismo. É impossível, como diz Benite, até que haverá aí outros motivos de discordância e, assim desenvolvido, quase pulverizado, o Benfica não seria mais o clube forte de que todos os benfiquistas tanto se orgulhavam, mas sim de se dividirem essas maiores divisões.

— Posto isto, podemos voltar ao Benfica que pergunta e responde a uma questão que pode surgir:

«**Quer isto dizer que as minorias não deitam de poder se primir-se? De modo nenhum. As minorias continuarão a fazer a sua propaganda, a defender a sua linha e, talvez, em outra próxima assembleia, tenham possibilidade de transformar-se em maioria, convencendo a maior parte dos seus convicidos e provendo que a administração anterior está errada.**»

CARLOS PINHAO

CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

Textos Filosóficos de Karl Marx, Editorial Estampa. Preço 600,00.

«O espírito que constrói os sistemas filosóficos no cérebro dos filósofos é o mesmo que constrói os caminhos-de-ferro e com as mãos dos trabalhadores. A filosofia não é exterior ao mundo...»

Os Fragmentos, de Ferreira de Castro, Guimarães Editores. Preço 170,00.

Jornalismo - memórias - romance - LITERATURA, eis como podemos resumir esta obra póstuma de Ferreira de Castro. Uma breve passagem da mesma que dá a medida humana do seu autor: «Todos os bichos, inclusive os vermes, é sabido, amam através de tudo a liberdade; e o homem mais que qualquer outro animal é o único que dela tem consciência.»

O Desporto — Quando e Onde uma Necessidade e um Direito. (Dr. Sérgio Ribeiro).

«Os três vantagens mais importantes da cultura física é a de favorecer o crescimento normal e regular da criança e do adolescente, de desenvolver nele e no adulto a capacidade de diferentes partes do organismo, e de atrasar o mais possível nas pessoas de idade avançada a decadência física; numa palavra, a cultura física, metódicamente e judiciosamente aplicada desde a infância, é o melhor meio de conseguir, para o indivíduo, esse bom equilíbrio no funcionamento dos órgãos que constitui um bem imprescindível a saúde.» Princípios do Materialismo Dialéctico de A. Spink e O. Yakhot. Editorial Estampa.

«A ciência dá-nos a sabedoria. E as convicções marxistas permitem-nos utilizá-la em proveito dos homens, do povo trabalhador.»



Cinema

«**A Classe Dominante**» de Peter Medak, no Império não seria mais o clube lúcido sobre uma aristocracia decadente, mas ainda poderosa, que detém, repara e controla a vida da população do país e, por direito de nascimento, na Câmara dos Lordes.»

«**A Última Sessão**» de Peter Bogdanovich, no Cine-teatro: um Sul dos Estados Unidos onde as pessoas, e mais particularmente os jovens, vivem mergulhados num ambiente asfáltico de rotina, totalmente distanciado de qualquer intervenção positiva na vida da sociedade a que pertencem.»

«**Malícia**» de Salvador Samper: uma comédia que nos demonstra o ambiente fechado de uma Sicília, dominada pela mafia e pelos grandes proprietários, e on-



de se mantém uma moral de fachada ou de conveniência que castra e violenta as pessoas. «O **Couraçado Potemkin**» de Sergei Eisenstein: uma demonstração clara da tomada de consciência de um grupo, neste caso os marinheiros do «Potemkin», representantes de um proletariado subjugado, face à repressão das classes dominantes, e a sua aliança com o novo rei cidade de Odessa. Um filme bem importante no actual momento político nacional.

Teatro

«**As Espingardas da Mãe Carrara**» de Bertold Brecht na Casa da Comédia e pelo Grupo de Men Martins: uma peça que nos revela a lúcida revolta de uma mãe, antes pacifista, perante o assassino do filho, um crime gratuito das tropas falangistas de Franco durante a Guerra de Espanha. Na Casa da Comédia uma grande interpretação dos jovens actores, em Men Martins, uma encenação popular num agrupamento que se pretende dirigido para uma consciencialização política.

«**A 10.ª Turista**» de Mendes de Carvalho, pelo Voto Oficina de Santarém: uma sátira ao país do Carnaval, de alegres discursos, da burocracia formal, de uma rigidez ortodoxa, de uma política de fachada saudosista que era a nossa antes do 25 de Abril. Uma encenação que sabe extrair os importantes significados de um texto irrevirante.»

«**Cerimonial para um Combate**» de Claude Pin, no S. Luís: a experiência inicial que era a nossa antes do 25 de Abril. Uma encenação que sabe extrair os importantes significados de um texto irrevirante.»

Discos

O disco, elemento importante de cultura, continua inacessível à maioria das bolsas num País em que o ordenado mínimo oficial é de 3300 escudos. Porquê ter agravado ainda mais esta situação, considerando o meio de luxo como tal, sobrecarregado com um imposto que o veio a encarecer? Com efeito, quando pagada 21500 por um álbum, seu preço médio actual? Eis uma situação a rever urgentemente face a uma necessidade real e democratizadora da cultura.

«**A Queima-Roupa**» de Sérgio Godinho o melhor álbum de 1974 onde música e letra se conjugam numa mensagem que incita o povo a ser senhor do seu próprio destino, acabando com as flagrantes desigualdades sociais e com a exploração de classe trabalhadora.

«**L'Espoir**» («A Esperança») de Lou Ferré: a voz e as palavras de um dos maiores e mais significativos poetas e cantores franceses.

ceses. «L'Espoir» foi proibido em Espanha onde o álbum surgiu amputado desta faixa. Num país onde a esperança não é sequer permitida...»



TV

6.ª feira, 21
I PROGRAMA
20.15 Afinal como é?
20.35 Os inquéritos do comissário Maigret

II PROGRAMA
21.15 III Festival do Folclore dos Países do Danúbio
Sábado, 22
I PROGRAMA
19.00 Memórias do nosso tempo
21.15 A história é feita no povo

21.00 Grupo de Men Martins: uma peça que nos revela a lúcida revolta de uma mãe, antes pacifista, perante o assassino do filho, um crime gratuito das tropas falangistas de Franco durante a Guerra de Espanha. Na Casa da Comédia uma grande interpretação dos jovens actores, em Men Martins, uma encenação popular num agrupamento que se pretende dirigido para uma consciencialização política.

2.ª feira, 24
18.45 Tv Rural
19.15 Diário de um professor
19.45 Telefutebol
20.30 Telenovela

III PROGRAMA
13.15 Escrever é lutar
21.15 Temas e Variações

20.40 Escrever é lutar
3.ª feira, 25
I PROGRAMA

20.15 Programa do M. F. A.
4.ª feira, 26
I PROGRAMA

13.15 Encontro
19.30 Tv Rural
20.00 Teatro: «Fuentesviejas» de Lope de Vega
5.ª feira, 27
I PROGRAMA

19.05 Museu Aberto
19.30 Tv Palco
20.15 Responder ao País

Rádio

ALAVANCA — Diariamente das 00.00 às 02.00 no Rádio Clube Português, onde a música, a voz da Interdisciplinar:

M. F. A. — Na Emissora Nacional, às 3.ª, 5.ª e 6.ª, às 18.15: no Rádio Clube Português, às 4.ª e 5.ª e sábados, às 22 horas.

EMISSORA NACIONAL
Sexta-feira
15.20 Formação política

Sábado
16.00 Sindicalismo
17.00 Programa Juvenil
Domingo
12.00 Programa sobre Agricultura
21.30 Temas de Desporto
Segunda-feira
16.15 Formação política

17.00 Rádio Estudantil em Espanha onde o álbum surgiu amputado desta faixa. Num país onde a esperança não é sequer permitida...»

Terça-feira
21.45 Sindicalismo

Quarta-feira
16.00 Economia
16.45 Sindicalismo

Quinta-feira
23.00 Formação política

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

Diariamente
18.00 Movimento
23.30 Revolver de Tempo
00.00 «Alavanca» (onda média)

RAUL BRANDÃO

Raul Brandão é sem dúvida dos prosadores portugueses mais importantes e há quem o compare aos grandes escritores estrangeiros do século XX. A sua obra tem o tempo e um autor com profundas preocupações sociais, como o revelam muitas das páginas dos seus livros, nomeadamente as de «Os Pobres» e de «Os Pescadores». Apesar disso, a maioria das suas obras encontra-se esgotada há anos, essencialmente por esquecimento. Confiamos no tempo e nos homens verdadeiramente interessados nos valores nacionais para que se corrija esta triste injustiça.

Nasceu Raul Brandão em 1867, na Foz do Douro, terra de pescadores e marítimos, e que ele definiu assim: «Esta vida adormecida estava a vida cresceu do Porto e da vida...»

«L'Espoir», ali se apercebeu bem cedo do que há de heroico e trágico na vida quotidiana da gente da beira-mar, e ali morreu seu pai, o que o levou a escrever esta sensível e evocação:

«**Às 23 do mês passado (Júlio de 1910) morreu meu pai amado, exausto e enfermo. Encontro de um, repeliu de outro, assim foi até à cova. Tinha 67 anos incompletos. Não podia mais. Encontraram-lhe alguns cubres no bolso. Há muitos anos que se arrastava, e só tinha de sua vida alegria e de sua vida: os domingos. Dividiu Raul Brandão a sua actividade pela literatura, jornalismo e vida militar, e o autor de obras significativas no romance e na dramaturgia. Destaca-se na sua bibliografia: «Os Pobres»; «Húmrus»; «O Palhaço»; «O Gêbo» e a «Sombra»; e «O Diário» de M. F. A. A respeito de teatro afirmou: «Portanto o teatro é um perigo nos países oprimidos, onde só a música, a dança, o jogo e o sonho, que substituem a força realidade, a audácia, as ideias e de modo a fazer prosperar ao plauso da Polícia.»**

Pouco dissermos sobre Raul Brandão, mas o nosso propósito era só chamar a atenção para ele. Noutra oportunidade faremos uma abordagem mais profunda da sua obra valiosa e da sua vida. Hoje, em Portugal, este apontamento com outra passagem de um livro seu, agora «Folha de Pátria», de Raul Brandão, um verdadeiro maior e mais imperativo do que a gente satisfic-se por o que julga a verdade»



TRABALHADORES EM GREVE

RÁDIO RENASCENÇA - UMA LUTA JUSTA

DEVIDO à posição intransigente do Conselho de Gerência da Rádio Renascença, os trabalhadores daquela estação radiofónica, como já tinham anunciado, entraram em greve total, a partir das 19 e 30 da passada quarta-feira. Embora em greve total, os trabalhadores da R. R. continuarão a difundir o habitual serviço religioso — terço diário e duas missas de domingo — enquanto a situação não se tiver alterado.

Minutos antes de entrarem em greve, os trabalhadores daquela emissora fizeram ler através das suas ondas um manifesto ao Povo Português que passamos a transcrever integralmente:

«A poucos segundos do início da greve a que fomos forçados pela atitude intransigente da entidade patronal, queremos exprimir às classes trabalhadoras e ao povo português a firme determinação de proseguirmos esta luta como pelo direito ao trabalho e à informação.»

«Nesta hora, difícil para todos nós, queremos igualmente manifestar a nossa confiança no espírito de justiça dos católicos portugueses, no sentido revolucionário da doutrina cristã e na unidade indissolúvel das classes trabalhadoras.»

«Queremos também, e mais uma vez, reafirmar a nossa decidida vontade de lutar pelo di-

reito à existência de uma autêntica emissora católica, ao serviço dos explorados e dos oprimidos.»

«A luta dos trabalhadores de Rádio Renascença diz respeito a todos os trabalhadores portugueses.»

«Aliados intransigentes do Movimento das Forças Armadas, sempre tivemos consciência de que o processo de libertação dos portugueses, do qual o 25 de Abril é uma das mais importantes etapas, passa pela defesa do direito ao trabalho, à informação e à justiça das relações sociais.»

«A nossa força reside precisamente na razão que nos dá a justeza da nossa posição, e no apoio que temos recebido do povo cristão, das classes trabalhadoras em geral e dos nossos camaradas dos meios de comunicação social.»

«A poucos segundos do início da greve a que somos forçados, queremos garantir a todos os companheiros de luta que não desmereçamos a confiança em nós depositada.»

«Não seremos acusados de tração às massas trabalhadoras e ao povo português.»

«Até sempre, companheiros!»

Entretanto, dias antes da data anunciada para o início da greve pelo direito ao trabalho e à informação, os trabalhadores da Rádio Renascença difundiram um comunicado em



Trabalhadores da R. R. anunciam aos ouvintes a sua decisão

que respondem a várias insinuações levantadas por uma nota da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o actual conflito de trabalho naquela empresa.

«Durante longos anos, a presença da Igreja em Rádio Renascença (para além da propriedade) que se limitou à transmissão diária do Tejo,

sendo este várias vezes relegado para horas mais tardias em favor da transmissão de competições desportivas, apesar da oposição manifestada de trabalhadores desta estação. Por isso, podemos afirmar abertamente que, após o dia 30 de Abril e até este momento, a presença da Igreja na Rádio Renascença tem sido mantida

e valorizada, sempre num esforço atento e permanente de acompanhar os homens deste País na sua caminhada pela libertação. Talvez a nossa linguagem, por vezes, tenha sido dura; mas a nossa actuação sempre esteve do lado dos desprotegidos. E julgamos que isto é fundamental no Evangelho» — salienta-se a certa altura, nesse comunicado dos trabalhadores da R. R.

«Depois de se reafirmar que não é «um grupo de trabalhadores» que se encontra em luta, mas sim «todos os trabalhadores da actividade radiofónica dos estudos e emissores da Rádio Renascença de Lisboa e Porto, perfazendo um total de cinco sextos dos trabalhadores da empresa», declara-se, nesse comunicado, que «tal como a entidade patronal, também os trabalhadores da R. R. têm recebido inúmeras adesões de cristãos e católicos portugueses» e que em «ocasião nenhuma foi a Igreja portuguesa impedida de exprimir à emissora católica a orientação conforme à fé cristã e à fé da Igreja» — tendo sido sempre dada a devida divulgação e relevo, na Rádio Renascença, dos seus documentos nestes sectores — e que os «trabalhadores em causa rejeitavam a extrapolacão do problema de uma esfera de trabalho para uma esfera doutrinal», lembrando, a propósito,

«As principais negociações têm sido feitas, tanto pelo conselho de gerência, como pelos trabalhadores, no Ministério do Trabalho.»

Mais adiante, na sua resposta ao comunicado do Conselho Episcopal aos trabalhadores de Rádio Renascença recapitulam alguns aspectos essencial da sua luta.

«Não é verdade que o con-
Rádio Renascença esteja usurpado ou ocupado: o seu funcionamento é absolutamente normal e a entrada franca a toda a gente.»

«Não é verdade que este conflito seja conduzido apenas por um grupo de trabalhadores e muito menos por pessoas alheias à estação; a totalidade dos trabalhadores da actividade radiofónica de Lisboa e Por-

to tem a mesma posição:

«Não é ve, ade, que o conflito seja ideológico ou contra a doutrina da Igreja Católica; pelo menos para os trabalhadores ele foi sempre e unicamente um conflito de trabalho.»

«Não é verdade que a Rádio Renascença se tenha transformado num órgão de informação ao serviço de doutrinas opostas à fé cristã e de repetidos ataques à própria Igreja»; apenas tem procurado ser um órgão de informação ao serviço da vida, que sempre acontece pluriforme a todos os níveis e várias vezes de maneira talvez pouco favorável à hierarquia da Igreja.

«Não é verdade que a Igreja Católica tenha sido impedida de orientar doutrinalmente a emissora; sempre os seus documentos e orientações doutrinares tiveram aqui a divulgação e o relevo exigidos.»

«Não é verdade que os trabalhadores não reconheçam à Igreja o mínimo que lhe compete no exercício dos seus direitos fundamentais; nunca eles voltaram este processo contra a Igreja Católica.»

«Não é verdade que a posição dos trabalhadores seja contrária à liberdade e independência de informação; toda a sua prática prova o contrário.»

E a concluir, afirma-se nesse comunicado os trabalhadores:

«Por tudo isto, continuamos a considerar justa a nossa luta, motivada pelo despedimento sem justa causa de onze trabalhadores. Por isso, uma vez gozados todos os nossos esforços para a solução deste conflito reafirmamos a intenção de entrar em greve de paralisação da estação emissora Rádio Renascença a partir do próximo dia 19, às 19 horas e 30 minutos. Recordamos que esta greve apenas será suspensa para a transmissão diária do terço e das missas dominicais.»

«Aos trabalhadores de R. R. dizemos: Quando a luta é justa e os trabalhadores estão unidos, a vitória é certa!»

COM O PATROCÍNIO DA FNAT MURIETA NO TRINDADE



A F. N. A. T. está seriamente preocupada com os tempos livres dos trabalhadores e envia os seus esforços para que este ano já possa responder mais satisfatoriamente à necessidade que todos temos de repouso nas férias em condições materiais compatíveis.

Estuda a organização de viagens — de duas semanas — a diversos países europeus e prepara as férias nos seus centros. Reconhece, no entanto, que é infima

a capacidade de alojamento desses centros, e analisa normas de frequência mais justas. Para esse objectivo, conta com críticas e sugestões dos trabalhadores.

Continua a utilizar os centros já conhecidos e que são os de Albufeira, Foz dos Trabalhadores do S. e Entre-os-Rios, e admite ainda a poder contar com alguns estabelecimentos hoteleiros para satisfazer aqueles que não consigam obter lugar nos centros. Os turnos são

de 15 dias, iniciando-se o primeiro em 1 de Junho e o último em 1 de Outubro.

O preço são calculados conforme o rendimento de trabalho e oscilam entre 9000 por pessoa, quando rendimento for igual ou inferior a 150000, e 180000 para aqueles cujo rendimento pessoal seja superior a 5.00000. As crianças até 2 anos pagam 25 por cento e entre dois e dez anos 50 por cento.

Há vários motivos de pre-

ferência como por exemplo o número de filhos e a menor captação familiar de rendimento.

Estes são alguns dos dados sobre as férias dos trabalhadores portugueses este ano. Podemos acrescentar que serão proporcionais programas de animação cultural nos centros de férias e que os homens da F. N. A. T. não vão «dominar» entre dois e dez anos do próximo ano possam ser já bastante melhoradas.

NOMEAÇÃO SUSPEITA

Os trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Castelo Branco, indignados com a nomeação dum ex-director-geral da Previdência para funções de decisiva importância no saneamento do Ministério dos Assuntos Sociais, enviaram àquele departamento do Estado o seguinte telegrama: «Vós os trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Castelo Branco manifestar junto de Vossa Excelência o mais vivo protesto e repúdio pela nomeação suspeita do comprometido Dr. Antónnio da Costa Leão para o cargo de presidente da Comissão Ministerial para o Saneamento do Ministério do Ministério dos Assuntos Sociais. Manifestamos ainda mais repulsa pela nomeação ter sido objecto de despacho de Vossa Excelência.»

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

Director interino: **JOÃO LUIS JUDAS**
 Chefe de Redacção: **JOÃO FERREIRA DA SILVA**
 Redactor no Porto: **JOÃO OGANDO**

Administração: **MANUELA QUEIROZ**

12 páginas

Publica-se à sexta-feira
 Preço avulso: 350
 Anual: 4200
 1 ano, 16500
 6 meses, 8500

Redacção e Administração:
 Av. Duque de Loulé, 83-3º
 Tel. 59993/45712

Delegação no Norte
 Rua de Santa Catarina, N.º 922-1º
 Tel. 380752/29 Porto

Distribuição para postos
 de venda e publicos:
DISTRIBUIDORA O SECULO

Composição, impresso e grafia:
 Renascença Gráfica
 Lisboa